



**EQUATORIAL ENERGIA S.A.**  
**National Corporate Taxpayers Register (CNPJ/MF) No. 03.220.438/0001-73**  
**State Registration (NIRE) No. 2130000938-8**  
**Publicly-Held Corporation**

Dear Shareholders:

Below is the Management Proposal on the items of the agenda of the Annual Shareholders' Meeting of the Company scheduled for April 27, 2018:

**Annual Shareholders' Meeting:**

***1. To review the accounts of Management and to review, discuss, and vote on the Financial Statements of the Company, the Independent Auditors' Report, and the Opinion of the Fiscal Council of the Company for the fiscal year ended on December 31, 2017.***

We propose the approval of the financial statements for fiscal year 2017, as disclosed on March 9, 2018 on the websites of the Brazilian Securities Commission and of BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, through the Periodic Information System (IPE), and on the website of the Company and published in the newspapers *Folha de São Paulo* and *O Estado do Maranhão* and in the Official Gazette of the State of Maranhão (*Diário Oficial do Estado do Maranhão*) (the "Financial Statements").

Additionally, we note that in accordance with article 9, item III of Brazilian Securities Commission ("CVM") Instruction No. 481 of December 17, 2009 ("CVM Instruction No. 481/09"), the information contained in Exhibit I to this proposal reflect our comments on the financial status of the Company.

***2. To discuss the allocation of net income for the fiscal year ended on December 31, 2017.***

We propose that the net income for the year ended December 31, 2017 be allocated as indicated in the Financial Statements and detailed in Exhibit II to this proposal, prepared in accordance with article 9, paragraph 1, item II of CVM Instruction No. 481/09, as well as the distribution of dividends proposed by the Board of Directors at the meeting dated March 8, 2018 be approved.

***3. To resolve on the payment of dividends.***

We propose the distribution of two hundred forty million, six hundred eighty-five thousand, one hundred ninety-one *Reais* and fifty-eight cents (R\$240,685,191.58) by way of dividends, as approved by the Meeting of the Board of Directors dated March 8, 2018, added to the interest on equity in the amount of twenty-one million, eight hundred sixty-one thousand, seven hundred eighty-one *Reais* and thirty-seven cents (R\$21,861,781.37) (gross of the taxes set forth in applicable law), the payment of which was approved at the meeting of the Board of Directors of the Company held on December 27, 2017.

According to our proposal, the dividends shall be paid by December 31, 2018, in a lump sum, without any adjustment for inflation. The shareholders that will be entitled to receive dividends shall be those identified as such on the date of the Meeting, i.e., on April 27, 2018.

***4. To establish the annual global compensation of managers for the year.***

We propose that the global compensation of managers for the year 2018, considering the period from January 1 to December 31, be established in the global amount of sixteen million *Reais* (R\$16,000,000.00). The amount proposed does not include accounting expenses arising from the Stock Options Plan, which is not considered as compensation by the Company.



We explain that the information required for analysis of the compensation of managers, in accordance with article 12 of CVM Instruction No. 481/09, is detailed in Exhibit III to this proposal.

***5. To resolve on the creation and operation of the Fiscal Council for the fiscal year 2018, and on the election of its respective members and establishment of their compensation.***

We nominate Messrs. Saulo de Tarso Alves de Lara (deputy: Moacir Gibur), Paulo Roberto Franceschi (deputy: Claudia Luciana Ceccatto de Trotta), and Vanderlei Dominguez da Rosa (Ricardo Bertucci) for office as members of the Fiscal Council of the Company.

Regarding global compensation of the Fiscal Council, we propose the establishment of an amount up to four-hundred thousand *Reais* (R\$400,000.00).

We explain that, in accordance with article 10 of CVM Instruction No. 481/09, the information relating to the abovementioned candidates for office as members of the Fiscal Council of the Company is detailed in Exhibit IV to this proposal.

**EXHIBIT I**  
**Management's Discussion and Analysis**  
**Item 10 – Reference Form (CVM Instruction 480/09)**  
**(In Portuguese Only)**

**10.1. Os diretores devem comentar sobre:**

**a) condições financeiras e patrimoniais gerais:**

A Companhia é uma *holding* que atua nos segmentos de distribuição, transmissão, geração e comercialização de energia elétrica, assim como de prestação de serviços relacionados à energia elétrica nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. A Companhia possui sede em São Luís, no Estado do Maranhão, tendo suas ações negociadas na B3 sob o *ticker* “EQTL3” e, desde 2008, participa do segmento de listagem do Novo Mercado.

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2017 e 2016**

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$4.786 milhões, representando um aumento de 19% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2016 (R\$4.024 milhões).

O lucro líquido no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017 foi de R\$1.205 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.613 milhões, enquanto o lucro líquido consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 totalizou R\$873 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.338 milhões.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$2.377 milhões valor que representava 0,49 vez o patrimônio líquido e 1,47 vez o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2015, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.711 milhões, valor que representava 0,40 vez o patrimônio líquido e 1,28 vez o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideraram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

**Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016 e 2015**

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$4.024 milhões, representando um aumento de 16% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 3.479 milhões).

O lucro líquido atribuído aos controladores no ano encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$712 milhões e EBITDA de R\$1.445 milhões, enquanto o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 totalizou R\$808 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.469 milhões.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$2.514 milhões valor que representava 0,61 vezes o patrimônio líquido e 1,7 vezes o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2015, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.682 milhões, valor que representava 0,48 vezes o patrimônio líquido e 1,4 vezes o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideraram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$486 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$121



milhões. A controlada Celpa, em 2016, investiu R\$501 milhões em investimentos próprios e R\$231 milhões no Programa Luz Para Todos.

#### Exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015 e 2014

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possuía patrimônio líquido (excluindo participação de acionistas não controladores) de R\$3.479 milhões, representando um aumento de 23% em relação àquele apresentado em 31 de dezembro de 2014 (R\$ 2.836 milhões).

O lucro líquido atribuído aos controladores no ano encerrado em 31 de dezembro de 2015 foi de R\$808 milhões e EBITDA de R\$1.469 milhões, enquanto o lucro líquido atribuível aos acionistas da controladora consolidado do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2014 totalizou R\$638 milhões e EBITDA Ajustado de R\$1.298 milhões.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava endividamento líquido de R\$1.682 milhões valor que representava 0,48 vezes o patrimônio líquido e 1,4 vezes o EBITDA Ajustado acumulado dos últimos 12 meses. Em 31 de dezembro de 2014, também de maneira consolidada, o grupo apresentava endividamento líquido de R\$1.543 milhões, valor que representava 0,54 vezes o patrimônio líquido e 1,19 vezes o EBITDA Ajustado anual, patamares que os Diretores da Companhia consideram confortáveis e que refletiram a robustez patrimonial e financeira das empresas da Companhia.

No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, os investimentos próprios da CEMAR somaram R\$340 milhões, além daqueles destinados ao Programa Luz Para Todos, que totalizaram R\$76 milhões. A controlada Celpa, em 2015, investiu R\$481 milhões em investimentos próprios e R\$219 milhões no Programa Luz Para Todos.

#### b. estrutura de capital

O setor de energia elétrica requer uso intensivo de capital. A Companhia e suas controladas realizam frequentemente captações por meio do mercado financeiro e de capitais para financiar suas estratégias de crescimento e a condução de suas operações, o que explica a estrutura de capital da Companhia ser composta substancialmente por capital de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2017, a estrutura de capital da Companhia era composta por 33% de capital próprio e 67% de capital de terceiros. Em 31 de dezembro de 2016, a estrutura de capital da Companhia era composta por 34% de capital próprio e 66% de capital de terceiros, comparados a 34% de capital próprio e 66% de capital de terceiros em dezembro de 2015.

	Em 31 de dezembro de		
	2017	2016	2015
<b>Capital próprio</b>	<b>33%</b>	<b>34%</b>	<b>34%</b>
Capital social	2.227.021	1.981.985	1.980.214
Reserva de capital	59.150	54.959	44.909
Reserva de lucros	2.524.802	2.009.845	1.474.107
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	(22.262)	(22.262)
Outros Resultados Abrangentes	(2.626)	(529)	4.050
Participação de acionistas não controladores	962.019	847.689	748.482
Patrimônio líquido	5.748.104	4.871.687	4.229.500
<b>Capital de terceiros</b>	<b>67%</b>	<b>66%</b>	<b>66%</b>
Passivo circulante	4.074.347	3.416.305	3.131.472
Passivo não circulante	7.666.001	5.931.528	5.225.176
Total do Passivo	11.740.348	9.347.833	8.356.648
Caixa e equivalentes de caixa	4.172.474	3.057.919	2.481.340
Passivo líquido total	7.567.874	6.289.914	5.875.308
Total do passivo e patrimônio líquido	17.488.452	14.219.520	12.586.148

Os Diretores da Companhia entendem que a Companhia possui estrutura de capital adequada ao cumprimento de suas obrigações de curto e médio prazos e à condução de suas operações por meio de suas controladas.

Adicionalmente a Diretoria da Companhia entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida, composta pela Dívida Bruta representada pelo saldo de Empréstimos e Financiamentos (circulante e não circulante) e debêntures (circulante e não circulante), somado aos Credores Financeiros da recuperação judicial (circulante e não circulante) e seus respectivos AVPs, descontada de: (i) Caixa e Equivalentes de Caixa; (ii) Investimentos de curto prazo; (iii) Valores a receber e Valores a pagar de Parcela A (circulante e não circulante); (iv) Saldo Líquido de Instrumentos financeiros derivativos (circulante e não circulante); (v) Sub-rogação da CCC – Valores aplicados; e (vi) Depósitos judiciais vinculados à empréstimos, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de alavancagem observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

Adicionalmente a Diretoria entende que a atual estrutura de capital, mensurada principalmente pela relação da dívida líquida sobre patrimônio líquido, apresenta níveis de alavancagem em linha com os valores de crescimento observados em empresas comparáveis do setor no mercado.

A Companhia e suas controladas administram seu capital de modo a maximizar o retorno de seus investidores, por meio da otimização do nível de endividamento e do patrimônio, buscando uma estrutura de capital eficiente e mantendo índices de endividamento e cobertura de dívida em níveis que venham a otimizar o retorno de capital aos seus investidores e garanta a liquidez da Companhia e de suas controladas.

A Diretoria esclarece que, o gerenciamento do capital da Companhia está baseado no acompanhamento de três principais indicadores financeiros, estabelecendo os limites máximos que não comprometem as operações da Companhia e de suas controladas:

- Dívida Líquida/EBITDA;
- Dívida Líquida/(Dívida Líquida + Patrimônio Líquido); e
- Dívida de curto prazo/dívida total

### **c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos**

Considerando o seu perfil de longo prazo do endividamento, bem como a trajetória de seus resultados, a Companhia pretende honrar seus compromissos financeiros de curto e longo prazo com recursos provenientes da sua geração operacional de caixa, empréstimos e financiamentos e aporte de recursos pelos acionistas.

Esta afirmação pode ser atestada através da avaliação do índice de alavancagem consolidada (dívida líquida dividida por seu EBITDA dos últimos 12 meses) da Companhia que encerrou o exercício de 2017 em 1,8 vezes, sendo ao final do exercício de 2016 em 1,7 vezes e 1,4 vezes ao final do exercício de 2015.

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresentava R\$ 1.200 MM de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$ 4.180 MM em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia apresentava R\$987 milhões de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$3.058 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia apresentava R\$852 milhões de dívida bruta vencendo no curto prazo. Considerando-se a posição de R\$2.481 milhões em disponibilidades no encerramento do exercício, o fluxo de caixa e a posição de liquidez, acreditamos que a Companhia tenha liquidez e recursos de capital suficientes para cobrir os investimentos, despesas, dívidas e outros valores necessários à consecução do objeto social da Companhia e a serem pagos nos próximos anos.

**d) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes utilizados:**

Nossa Diretoria entende que a Companhia não utiliza fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes, contudo, as controladas da Companhia, utilizam as seguintes fontes:

I. Companhia Energética do Maranhão (“CEMAR”):

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a CEMAR utilizou as seguintes fontes de financiamento: Banco do Nordeste – BNB, Eletrobrás e BNDES, que usualmente oferecem taxas de juros menores e prazos de pagamento compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento.

Por estar situada no Nordeste brasileiro e ter 90% do território coberto pela Amazônia Legal, além dos tradicionais órgãos de fomento, acima mencionados, a CEMAR tem possibilidade de captação de linhas de créditos específicas para o desenvolvimento do Nordeste (FNE, FDNE, etc.), bem como para desenvolvimento do Norte (FDA).

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a CEMAR poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

II. Centrais Elétricas do Pará (“CELPA”):

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, a CELPA utilizou as seguintes fontes de financiamento: Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social (“BNDES”), Centrais Elétricas Brasileiras (“Eletrobrás”) e Caixa Econômica Federal (“CEF”), que usualmente oferecem taxas de juros menores que o mercado privado, além de prazos de pagamentos compatíveis com o tempo de retorno do projeto de investimento. A CELPA também possui financiamento contratados com instituições financeiras privadas, com o objetivo de financiar suas atividades, como Itaú e Citibank.

Visando sempre obter as menores taxas do mercado, caso haja projetos de investimento que não sejam elegíveis para financiamentos pelos referidos órgãos, a CELPA poderá recorrer ao mercado de capitais (debêntures), agências multilaterais de fomento ou demais fontes do mercado bancário.

**e) fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não-circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez:**

Atualmente a apenas as controladas da Companhia possuem limites substanciais de crédito aprovados em instituições financeiras de primeira linha.

Nossos Diretores entendem que caso seja necessária a cobertura de deficiências de liquidez para financiamento de capital de giro ou investimentos em ativos não circulantes nas controladas da Companhia, é possível a utilização destas linhas disponíveis em bancos comerciais ou o acesso a financiamentos de linhas oficiais, de acordo com prazo, custo e necessidade de garantias que possam vir a estar disponíveis

**f) níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:**

Em 31 de dezembro de 2017, a dívida bruta da Companhia era de R\$ 7.839 milhões, dos quais 10,7% (R\$ 842) em moeda estrangeira. A dívida líquida da Companhia atinge R\$ 3.164 milhões.

Do valor total da dívida bruta acima, 15,3% (R\$1.200) tem vencimento no curto prazo e 84,7% (R\$ 6.639) tem vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2016, a dívida bruta da Companhia era de R\$5.625 milhões, dos quais 15% (R\$823 milhões) em moeda estrangeira. A dívida líquida da Companhia atinge R\$2.377 milhões.

Do valor total da dívida bruta acima, 18% (R\$987 milhões) tem vencimento no curto prazo e 82% (R\$4.669 milhões) tem vencimento no longo prazo.

Em 31 de dezembro de 2015, a dívida bruta da Companhia era de R\$4.755 milhões, dos quais 27% (R\$1.278 milhões) em moeda estrangeira, sendo que R\$1.185 milhões possuem operação de swap para CDI. A dívida líquida da Companhia atinge R\$1.711 milhões. Do valor total do endividamento acima, 18% (R\$853 milhões) tem vencimento no curto prazo e 82% (R\$3.902 milhões) tem vencimento no longo prazo.

Dívidas (R\$ mil)	31/12/2015	31/12/2016	31/12/2017
<b>Curto Prazo</b>	<b>852.690</b>	<b>986.951</b>	<b>1.087.558</b>
Moeda Estrangeira	489.559	547.150	4.521
Moeda Nacional	363.131	439.801	1.195.013
<b>Longo Prazo</b>	<b>3.902.467</b>	<b>4.669.319</b>	<b>4.620.346</b>
Moeda Estrangeira	787.975	275.533	837.686
Moeda Nacional	3.114.492	4.393.786	5.801.583
<b>Total Geral</b>	<b>4.755.157</b>	<b>5.656.270</b>	<b>7.838.803</b>

A tabela abaixo demonstra a evolução do endividamento da Companhia quando comparada ao seu EBITDA Ajustado.

	31/12/2017	31/12/2016	31/12/2015
<b>Dívida Líquida</b>	<b>3.164.404</b>	<b>2.376.896</b>	<b>1.710.624</b>
<b>DL / EBITDA</b>	<b>1,8</b>	<b>1,47</b>	<b>1,28</b>

#### i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

Nossa Diretoria destaca abaixo as principais operações de empréstimos, financiamentos e debêntures contratadas pelas controladas da Companhia, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, uma vez que a Companhia não possui operações dessa natureza atualmente contratadas.

#### I. EQUATORIAL ENERGIA:

##### 2ª emissão de debêntures da Equatorial Energia

Em 11 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, sendo uma emissão pública de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia firme, em duas séries, no valor total de R\$800.000 mil, sendo a primeira série no montante de R\$ 695.000, com vencimento em novembro/2022 com taxa equivalente a CDI + 1,6% e a segunda série no montante de R\$ 105.000 com vencimento em novembro/2024 com taxa equivalente à IPCA + 5,77%. Ambas destinaram-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia.



### **1ª emissão de nota promissórias da Equatorial Energia**

Em 21 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a 1ª emissão de nota promissórias. Os recursos captados, no montante de R\$ 310.000 mil, em série única, com taxa de 109% do CDI, com amortização bullet em 21 de dezembro de 2018.

## **II. CEMAR:**

### **4ª emissão de debêntures da CEMAR:**

Em 22 de setembro de 2012, a CEMAR realizou a 4ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, no valor total de R\$280.000 mil, dividido em duas séries de R\$101.380 mil e R\$178.620 mil. Os juros remuneratórios das debêntures da primeira série são de 100% CDI e spread 1,08% a.a., e da segunda série IPCA mais spread de 5,9% a.a.

### **6ª emissão de debêntures da CEMAR:**

Em 13 de outubro de 2014, a CEMAR realizou a 6ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública com esforços restritos, no valor total de R\$200.000 mil, em uma única série. Os juros remuneratórios das debêntures são de 113,2% CDI.

### **7ª emissão de debêntures da CEMAR:**

Em 16 de setembro de 2016, a CEMAR realizou a 7ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Sobre os recursos captados, no montante de R\$270.000 mil, dividido em duas séries de R\$155.000 mil e R\$115.000 mil, incidem juros remuneratórios de 5,48% ao ano na 1ª série e de 5,54% ao ano na 2ª série, bem como atualização monetária calculada com base no IPCA, com amortização bullet.

### **8ª emissão de debêntures da Cemar:**

Em 13 de outubro de 2017, a Companhia realizou a 8ª emissão de debêntures não conversíveis em ações. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em série única, com taxa de 107% do CDI, com amortização bullet.

### **1ª emissão de nota promissórias da Cemar:**

Em 19 de dezembro de 2017, a Companhia realizou a 1ª emissão de nota promissórias. Os recursos captados, no montante de R\$ 500.000, em série única, com taxa de 106% do CDI, com amortização bullet.

### **Dívida com a Eletrobrás:**

Em 16 de fevereiro de 1999, a CEMAR celebrou com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. -Eletrobrás o contrato ECF-1960/1999 concedendo à CEMAR um parcelamento da dívida no valor de R\$69.265 mil visando financiar a dívida da CEMAR junto à a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás. Os encargos financeiros praticados no financiamento da dívida incluíam uma taxa de juros de 10% ao ano em conjunto com uma taxa de administração de 2% ao ano.

Em 27 de abril de 2004, a CEMAR celebrou com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, Instrumento Particular de Renegociação das Condições dos Contratos de Financiamento que dentre eles incluía o contrato ECF-1960/1999. Neste instrumento foram repactuados os encargos monetários do contrato ECF-1960/1999 que variam entre uma taxa de juros de 0% até 4% ao ano e uma taxa de administração de 0% até 4% ao ano entre o período que compreende os anos de 2004 a 2023.





Em 23 de dezembro de 2010, a Cemar celebrou com a Eletrobrás, contrato ECF-2890/2010, concedendo à Cemar crédito de R\$85.309 mil, para construção e ampliação de subestações, linhas de transmissão, com taxa de juros de 5% a.a., acrescida de taxa de administração de 2% a.a. e comissão de reserva de crédito de 1% a.a.

#### **Dívida com o BNB:**

No ano de 2005, a CEMAR contratou financiamento junto ao BNB, no montante de R\$136.076, com a finalidade de financiar os investimentos em redução das perdas técnicas e comerciais, melhoria na qualidade no fornecimento de energia elétrica, expansão do sistema de distribuição e atualização de tecnologia da informação. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa efetiva dessa operação é de 10 % ao ano.

Em 05 de fevereiro de 2009, a CEMAR assinou o empréstimo obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil - BNB, no montante de R\$144.939 mil, com a finalidade de complementar os recursos financeiros para investimentos na rede elétrica que consistem, basicamente, em melhoramentos e correções de defeitos em estruturas existentes, e na ampliação de redes em áreas urbanas, com edificações e ruas asfaltadas. Os recursos são provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE. A taxa de juros do FNE é de 10% ao ano, considerando o bônus de adimplemento de 15%, incidente sobre o pagamento dos encargos financeiros.

#### **Dívida com o BNDES:**

Em 11 de novembro de 2011, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES no valor de até R\$193.023,4 mil, com o total liberado de R\$[175.237] liberados até 31 de dezembro de 2017, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em quatro subcréditos, conforme segue abaixo:

o Subcrédito A: O valor contratado é de R\$70.626 mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com a taxa de juros fixada em TJLP + 2,21% ao ano. O prazo total é de 72 meses, com início de amortização em 15 de janeiro de 2012 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.

o Subcrédito B: O valor contratado é de R\$70.626 mil, liberados em 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, com a taxa de juros fixada em TJLP + 2,21% ao ano acrescida de spread de 1% ao ano. O prazo total é de 72 meses, com início de amortização em 15 de janeiro de 2012 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.

o Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$50.772 mil, com o total de R\$33.000 mil liberados nas datas de 25 de novembro e 27 de dezembro de 2011, e taxa de juros fixada em 8,7% ao ano. O prazo total é de 96 meses, com início da amortização em 15 de dezembro de 2013 e vencimento em 15 de novembro de 2021.

o Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$1.000 mil, com o total de R\$986 mil liberados em 27 de dezembro de 2012 e com a taxa de juros equivalente à TJLP. O prazo total é de 60 meses, com início da amortização em 15 de janeiro de 2013 e vencimento em 15 de dezembro de 2017.

Em 13 de dezembro de 2012, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de até R\$516.487,6 mil, com um total já liberado de R\$ 473.820,6 mil, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em nove subcréditos, conforme segue abaixo:

o Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$159.562,3 mil, com o total de R\$[151.974] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O

pagamento de juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [9,06]% ao ano.

o Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$159.562,3 mil, com o total de R\$[151.974] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescida de spread de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [10,06]% ao ano.

o Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$130.473,9 mil, com o total de R\$[110.614] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de 2,5% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [2,50]% ao ano.

o Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$21.641,9 mil, com o total de R\$[21.373] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período entre 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [9,06]% ao ano.

o Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$21.641,9 mil, com o total de R\$[21.373] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescida de spread de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [10,06]% ao ano.

o Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$12.904,6 mil, com o total de R\$[6.259] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,5% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2022. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [2,50]% ao ano.

o Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$4.065,4 mil, com o total de R\$[3.842] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [9,06]% ao ano.

o Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$4.065,4 mil, com o total de R\$[3.842] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,06% ao ano acrescida de um spread de 1% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro

de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [10,06]% ao ano.

o Subcrédito I: O valor contratado é de até R\$2.569,6 mil com a taxa de juros equivalente à TJLP ao ano, com o total de R\$[2.451] liberados até 31 de dezembro de 2017. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de dezembro de 2012 a 15 de dezembro de 2014 e mensalmente a partir de 15 de janeiro de 2015, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2015 e a última em 15 de dezembro de 2020. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [7,00]% ao ano.

Em 30 de dezembro de 2014, a CEMAR assinou um contrato de financiamento junto ao BNDES no valor de até R\$557.700 mil, com um total já liberado de R\$[428.163] liberados até 31 de dezembro de 2017, lastreados por recursos originários do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, recursos do FAT – Depósitos Especiais e do Fundo de Participação PIS/PASEP. O valor total do financiamento é dividido em oito subcréditos, conforme segue abaixo:

o Subcrédito A: O valor contratado é de até R\$136.162,2 mil, com o total de R\$[136.167] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de 2,78% ao ano acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [9,21]% ao ano.

o Subcrédito B: O valor contratado é de até R\$136.162,2 mil, com o total de R\$[137.673] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,78% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em [•], a taxa efetiva dessa operação era de [10,21]% ao ano.

o Subcrédito C: O valor contratado é de até R\$42.342 mil, com o total de R\$[13.709•] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com taxa e juros fixa de 6% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de dezembro de 2016 e mensal a partir de 15 de janeiro de 2017, inclusive. A amortização do principal se dará em 96 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de janeiro de 2017 e a última em 15 de dezembro de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [8,70]% ao ano.

o Subcrédito D: O valor contratado é de até R\$119.344,5 mil, com o total de R\$[63.964] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,28% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [7,00]% ao ano.

o Subcrédito E: O valor contratado é de até R\$52.043,6 mil, com o total de R\$[33.500] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de 2,78% ao ano acima da variação acumulada das taxas médias diárias dos financiamentos apurados no Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. O pagamento dos juros no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril



de 2018 e a última em 15 de março de 2014. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [9,68•]% ao ano.

o Subcrédito F: O valor contratado é de até R\$52.043,6 mil, com o total de R\$[33.500•] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,78% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [9,78]% ao ano.

o Subcrédito G: O valor contratado é de até R\$16.827,4 mil, com o total de R\$[9.650] liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros de TJLP + 2,28% ao ano. O pagamento dos juros é trimestral no período de 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [9,28]% ao ano.

o Subcrédito H: O valor contratado é de até R\$2.774,6 mil, sem valores liberados até 31 de dezembro de 2017 e com a taxa de juros equivalente à TJLP ao ano. A amortização é trimestral no período entre 15 de janeiro de 2015 a 15 de março de 2018 e mensal a partir de 15 de abril de 2018, inclusive. A amortização do principal se dará em 72 prestações mensais e sucessivas, vencendo-se a primeira em 15 de abril de 2018 e a última em 15 de março de 2024. Em 31 de dezembro de 2017, a taxa efetiva dessa operação era de [9,28]% ao ano.

#### **Dívida com o Banco do Brasil S.A.:**

Agroindustrial I: No dia 09 de maio de 2013 foram captados R\$90.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014. Os juros são exigíveis semestralmente e a amortização em parcela única no vencimento, em 11 de abril de 2018.

O contrato Agroindustrial I subdivide-se conforme a baixo:

- Agroindustrial I – Subcrédito A: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.
- Agroindustrial I – Subcrédito B: O valor contratado foi de R\$45.000 mil ao custo de 108% do CDI.

Agroindustrial II: Em 28 de junho de 2013 foram captados R\$150.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014, alterando a taxa de juros para 108% do CDI. Os juros são exigíveis semestralmente e a amortização em parcela única no vencimento, em 12 de junho de 2018.

Agroindustrial III: Em 01 de julho de 2015 foram captados R\$40.000 mil, conforme aditado em 19 de dezembro de 2014, alterando a taxa de juros para 108% do CDI. Os juros são exigíveis semestralmente e a amortização em parcela única no vencimento, em 15 de junho de 2018.

Agroindustrial IV: Em 22 de dezembro de 2014 foram captados R\$20.000 mil, com taxa de juros de 108% do CDI. Os juros serão foram exigíveis juntamente com a amortização em parcela única no vencimento, em 04 de dezembro de 2017.

#### **Dívida com o Banco Santander (Brasil) S.A. – Grand Cayman Branch:**

Em 17 de outubro 2014, a Cemar contratou financiamento junto ao Santander, no montante de R\$100.000 mil, destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de



gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 3,0175% ao ano. Contrato liquidado em 10 de outubro de 2017.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Cemar contratou com o Santander uma operação de Swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,30% ao ano.

#### **Dívida com o Itaú Unibanco S.A. – Nassau Branch:**

Em 17 de outubro de 2014, a Cemar contratou financiamento junto ao Itaú-Unibanco S.A. Nassau por meio de uma Cédula de Crédito Bancário Internacional, no montante de aproximadamente USD40.708 mil (correspondente, na data de contratação, a R\$100.000 mil), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 2,52% ao ano. Contrato liquidado em 21 de outubro de 2017.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Cemar contratou com o Itaú-Unibanco S.A. uma operação de Swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,30% ao ano.

As debêntures da 4ª, 6ª, e 7ª e 8ª emissão da Companhia possuem covenants cujo não cumprimento durante o período de apuração poderá implicar em vencimento antecipado das respectivas emissões.

#### **III. CELPA:**

##### **Recuperação Judicial:**

Com a aplicação do Plano de Recuperação Judicial, as operações de empréstimos e financiamentos da Emissora passaram por processo de novação e repactuação. Em 31 de dezembro de 2017, as operações de empréstimos e financiamentos em Recuperação Judicial totalizaram um saldo de R\$ 974.

##### **Eletrobrás:**

Crédito repactuado em 2012, no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Entes Públicos, no valor de R\$423 milhões, com taxa de juros pré-fixada de 6,0% ao ano e com vencimento em setembro de 2034.

##### **Banco da Amazônia:**

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$83 milhões, com taxa de juros correspondente à originalmente contratada, nos termos dos respectivos contratos, e pagos mensalmente a partir do término do prazo de carência e com vencimento 31 de agosto de 2026.

##### **Indusval:**

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição F de forma de liquidação, com valor R\$60 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

##### **Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID:**

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$121 milhões, com as taxas de juros correspondente à originalmente contratada – ou seja, com taxa de juros pré-fixada de 5,28% ao ano para o período de setembro de 2012 a agosto de 2016, de

5,38% ao ano para o período de setembro de 2016 a agosto de 2021 e de 3,0% ao ano para o período de setembro de 2021 a agosto de 2026 - e com vencimento 31 de agosto de 2026.

#### **BNDES:**

Em 11 de novembro de 2014, foi assinado pela CELPA junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 14.2.0881.1 disponibilizando à CELPA um crédito no valor de até R\$498 milhões, cujos recursos são destinados à implantação do plano de investimentos da CELPA para os anos de 2013 e 2014, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, e D, correspondentes aos valores de R\$93,4 milhões e R\$8,3 milhões, respectivamente, é de 2,78% ao ano;
- Subcréditos B e E, correspondentes aos valores de R\$217,9 milhões e R\$19,4 milhões, respectivamente, é de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito C, correspondente ao valor de R\$156,8 milhões, é de TJLP+2,50% ao ano, limitado a 6% ao ano; e
- Subcrédito F, correspondente ao valor de R\$2,48 milhões incidirá a TJLP + 2,78% ao ano.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização ocorrerá em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2018 e término em 15 de março de 2024. O vencimento previsto do contrato é de 15 de maio de 2024.

Em 15 de dezembro de 2015, foi assinado pela CELPA junto ao BNDES o Contrato de Financiamento Mediante Abertura de Crédito nº 15.2.0777.1, disponibilizando à CELPA um crédito no valor de até R\$863 milhões, destinado à implantação do plano de investimentos da CELPA para os anos de 2015 a 2017, que abrange investimentos em atualização tecnológica; contenção de perdas comerciais; atendimento ao crescimento da base de clientes; melhoria da qualidade do fornecimento de energia; melhoria da operação do sistema; expansão do sistema; e instalações administrativas.

As taxas de juros aplicáveis são as seguintes:

- Subcréditos A, B e C, cada qual correspondente ao valor de R\$184,6 milhões, é de 2,86% ao ano;
- Subcrédito D, correspondente ao valor de R\$184,6 milhões, é de TJLP + 2,78% ao ano;
- Subcrédito E, correspondente ao valor de R\$120,3 milhões, é de TJLP + 2,48% ao ano; e
- Subcrédito F, correspondente ao valor de R\$4,2 milhões incidirá a TJLP.

O Contrato possui carência de três anos e sua amortização ocorrerá em 72 parcelas mensais, tendo início em 15 de abril de 2018 e término em 15 de março de 2024.

Os dois contratos celebrados com BNDES possuem covenant financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Ajustado no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8 em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017 e em diante. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

#### **Citibank:**

Em 29 de janeiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Citibank, sendo aditivado em 20 de janeiro de 2016 no montante de US\$112.473.955,23 (correspondentes, na data de contratação, a R\$456 milhões) e novamente em 19 de abril de 2017 no montante de US\$ 175.000.000,00 (correspondentes, na data de contratação, a R\$ 542 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação 4131 com vencimento previsto para 19 de abril de 2020. Os encargos financeiros contratados são Libor trimestral + 1,64% ao ano.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Companhia contratou com o Citibank uma operação de Swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de 117,25% do CDI ao ano.

Este contrato possui covenant financeiro, com apuração anual, de (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório no limite de (i) 6,0, em 2015, (ii) 5,5 em 2016, (iii) 4,5 em 2017, e (iv) 3,5 em 2018 em diante; (b) dívida líquida / (dívida líquida + PL), no limite de (i) 0,8 em 2015, (ii) 0,75 em 2016, (iii) 0,7 em 2017e em diante. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

#### **Itaú:**

Em 25 de fevereiro de 2015, a CELPA contratou financiamento junto ao Itaú Unibanco S.A. – Nassau Branch, no montante de US\$69.483.047,00 (correspondente, na data de contratação a R\$200 milhões), destinaram-se, ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia, contrato liquidado em 24 de fevereiro de 2017. Os recursos são provenientes da operação 4131. Os encargos financeiros são pré-fixados a uma taxa de juros de 1,99% ao ano.

Atrelado ao contrato de Cédula de Crédito Bancário Internacional, a Companhia contratou com o Itaú Unibanco S.A. uma operação de swap com a finalidade de proteção contra a variação cambial. A taxa efetiva dessa operação é de CDI+1,80% ao ano.

Este contrato não possui covenant financeiro.

#### **Banco da Amazônia:**

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$83 milhões, com taxa de juros correspondente à originalmente contratada, nos termos dos os respectivos contratos, e pagos mensalmente a partir do término do prazo de carência e com vencimento 31 de agosto de 2026.

#### **INDUSVAL:**

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição F de forma de liquidação, com valor R\$60 milhões, com taxa de juros de IGP-M + 1% ao ano e com vencimento 30 de setembro de 2034.

#### **BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO – BID:**

Crédito repactuado em 2012 no âmbito da Recuperação Judicial, optante da condição Garantia Real, com valor R\$121 milhões, com as taxas de juros correspondente à originalmente contratada – ou seja, com taxa de juros pré-fixada de 5,28% ao ano para o período de setembro de 2012 a agosto de 2016, de 5,38% ao ano para o período de setembro de 2016 a agosto de 2021 e de 3,0% ao ano para o período de setembro de 2021 a agosto de 2026 - e com vencimento 31 de agosto de 2026.

Em 7 de junho de 2013, a Companhia e o BID celebraram o segundo aditamento ao Loan Agreement (Contrato de Financiamento) para, entre outras disposições, repactuar o covenant financeiro de Dívida Total / EBITDA no limite de 3,50:1:00, a partir de 30 de setembro de 2016.

**Banco Santander:**

Em 21 de dezembro de 2017, a CELPA contratou financiamento junto ao Santander, no montante de R\$200.000 mil, o recurso se destinou ao aumento do capital de giro, de forma a atender aos negócios de gestão da Companhia. Os recursos são provenientes da operação Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio. Os encargos financeiros são atualizados por 115,70% do CDI ao ano.

A CELPA deverá observar o índice financeiro, dívida líquida / EBITDA Ajustado, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

**1ª Emissão de Debêntures:**

Em 17 de maio de 2016, a CELPA realizou a 1ª emissão privada de debêntures, não conversíveis em ações, no valor total de R\$100.000 mil, em série única, com vencimento em 30 de maio de 2020. Os juros remuneratórios das debêntures são de 9% ao ano. Em que pese a 1ª emissão ter sido realizada em 17 de maio de 2016, as debêntures foram subscritas e integralizadas em agosto de 2016.

A CELPA deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

**2ª Emissão de Debêntures:**

Em 13 de outubro de 2016, a Companhia realizou a Segunda Emissão de Debêntures, cuja distribuição foi encerrada em 1 de dezembro de 2016, sendo uma emissão privada de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com garantia real e adicional fidejussória da Controladora Equatorial Energia S.A., em até duas séries, destinando-se prioritariamente para aumento do capital de giro da Companhia, sendo a primeira série no montante total de R\$ 60.000 com vencimento em janeiro/2024 e a segunda série no montante total de R\$ 23.000. Custo de contratação da primeira série é IPCA + 8,04% a.a. e da segunda série IPCA + 7,00%, ambas com amortização em três parcelas iguais a partir de 15 de janeiro de 2022.

A CELPA deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices.

**3ª Emissão de Debêntures:**

Em 15 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a 3ª emissão de debêntures, não conversíveis em ações, por meio de oferta pública, no valor total de R\$300.000 mil, dividido em duas séries de R\$199.069 mil e R\$100.931 mil. Os juros remuneratórios das debêntures da primeira série são 6,7% a.a., sobre atualização pelo IPCA. E da segunda série IPCA mais spread de 5,9% a.a.

**4ª Emissão de Debêntures:**

Em 15 de dezembro de 2016, a Companhia realizou a 4ª emissão de debêntures, privada, não conversíveis em ações, no valor total de R\$500.000 mil, em série única, com vencimento em 16 de dezembro de 2019. Os juros remuneratórios das debêntures são de 116% CDI a.a.

A Companhia deverá observar os seguintes índices financeiros, em base semestral, (a) dívida líquida / EBITDA Regulatório, nos últimos 12 meses, em limite inferior a 3,5x; (b) EBITDA Regulatório / despesa líquida financeira, nos últimos 12 meses, em limite superior a 2x. Na data deste Formulário de Referência, a Companhia estava cumprindo com estes índices..



Além das restrições descritas acima, os empréstimos, financiamentos e debêntures da Companhia possuem outras restrições, tais como com relação a mudança de controle da Companhia, reorganizações societárias e cross-default, observadas as ressalvas previstas em cada instrumento.

**ii. outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras**

Na data deste Formulário de Referência, a Companhia não possui outras relações de longo prazo mantidas com instituições financeiras.

**iii. grau de subordinação entre as dívidas da Companhia**

Os Diretores informam que o grau de subordinação entre as dívidas da Companhia é determinado de acordo com as disposições da legislação em vigor.

**iv. restrições impostas à Companhia, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.**

[•]

**g) limites de utilização dos financiamentos já contratados:**

**Nossa Diretoria destaca abaixo os principais limites dos financiamentos já contratados pelas controladas da Companhia, referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015, uma vez que a Companhia não possui limites de utilização de financiamentos.**

**I. CEMAR:**

Para o contrato com BNDES celebrado em 23 de dezembro de 2012 para financiamento do plano de investimentos de 2012 a 2014, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado foi até 30 de junho de 2016. O encerramento do crédito aconteceu em junho de 2016.

Para o contrato com BNDES nº 14.2.1233.1, celebrado em 30 de dezembro de 2014 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o prazo-limite para utilização do volume total disponibilizado é até 15 de março de 2018, podendo ser estendido, mediante expressa autorização do BNDES. Dos 557,7 milhões contratos, 77% já foram utilizados. Ficando para 2018 o volume a ser captado de 24% (126 milhões).

O contrato ECFS 332-2013 (PLPT 7ª Tranche), celebrado em 23 de maio de 2013 destinados à cobertura financeira de parte dos custos diretos das obras do Programa Luz para Todos. O valor do contrato é de 214 milhões, 89% já foram utilizados e aguardando liberação da parcela final do contrato.

Para o contrato 415.866-52/2013 (Caixa - Finisa), celebrado em 04 de outubro de 2013 destinado a financiar os custos diretos dos investimentos ao atendimento de consumidores rurais. O prazo-limite para utilização de recursos é até 30 de setembro de 2016, podendo ser prorrogado. Dos 28,6 milhões contratados, 90% já foram utilizados, faltando 10% da parcela de encerramento prevista para 2017.

Para os financiamentos contratados junto ao STN, Operação Itaú, Operação Santander, Banco do Brasil, BNB, Eletrobrás, FINEP, IBM, Votorantim e Sudene, a totalidade (100%) das linhas de crédito aprovadas já foi utilizada pela Companhia.

**II. CELPA:**



Para o contrato com BNDES nº 15.2.0777.1, celebrado em 15 de dezembro de 2015 para financiamento do plano de investimentos de 2015 a 2017, o limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 15 de março de 2018, podendo ser estendido, mediante expressa autorização do BNDES. Do total de R\$863 milhões contratados, 71% já foram utilizados.

Para o contrato com a CAIXA nº CEF 415.877-81/2015, celebrado em 28 de julho de 2015, para financiar os custos diretos dos investimentos para a melhoria do suprimento de energia elétrica e expansão do sistema no entorno de Belo Monte, no âmbito do Programa Luz para todos. O limite de prazo para utilização do volume total disponibilizado é 31 de março de 2016, sendo que a prorrogação deste prazo está sendo negociada com a CAIXA. Do total de R\$38 milhões contratados, 90% já foram utilizados.

Para os demais empréstimos contratados, a totalidade (100%) das linhas de crédito aprovadas já foram utilizadas pela Companhia.

h) alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras:

## DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Comparação dos resultados consolidados para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017 e 2016:

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	31/12/2017	%AV	31/12/2016	%AV	%AH
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>9.071.420</b>	100%	<b>7.952.181</b>	100%	14%
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>(6.446.385)</b>	-71%	<b>(5.803.400)</b>	-73%	11%
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>2.625.035</b>	29%	<b>2.148.781</b>	27%	22%
Despesas com vendas	(583.261)	-6%	(560.600)	-7%	4%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(570.260)	-6%	(328.599)	-4%	74%
Amortização do direito de concessão	(5.923)	0%	(6.373)	0%	-7%
Resultado da equivalência patrimonial	56.661	1%	26.893	0%	111%
Outras despesas/receitas operacionais	(111.920)	-1%	(101.165)	-1%	11%
<b>Total de receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(1.214.703)</b>	-13%	<b>(969.844)</b>	-12%	25%
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>1.410.332</b>	16%	<b>1.178.937</b>	15%	20%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(169.216)</b>	-2%	<b>(128.925)</b>	-2%	31%
<b>Lucro antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>1.241.116</b>	14%	<b>1.050.012</b>	13%	18%
Imposto de renda e contribuição social	(36.033)	0%	(176.886)	-2%	-80%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>1.205.083</b>	13%	<b>873.126</b>	11%	38%
Atribuível aos acionistas não controladores	(207.820)	-2%	(160.909)	-2%	29%
<b>Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>997.263</b>	11%	<b>712.217</b>	9%	40%

### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$7.952 milhões em 2016 para R\$9.071 milhões em 2017, representando um aumento de 14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, pelo crescimento do consumo de energia dos mercados cativo e livre de suas controladas CEMAR e CELPA de 3,3% em relação ao mesmo período do ano anterior bem como o aumento do número de clientes, de 5% no exercício atual e também dos reajustes tarifários de agosto de 2016 e 2017.

### Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$5.803 milhões em 2016 para R\$6.446 milhões no mesmo período de 2017, representando um aumento de 11%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão do aumento das receitas de compra de energia das controladas CEMAR e CELPA no curto prazo tiveram influências dos seguintes fatores: (i) PLD utilizado para liquidação de energia comprada no mercado spot, cujo valor médio para este exercício ficou em R\$201,66 e R\$255,66 por MWh nas controladas CEMAR e CELPA respectivamente; e (ii) contratos de energia de 2017 negociados no mercado de curto prazo. As controladas CEMAR e CELPA utilizaram todos os mecanismos regulamentados para manter o nível de cobertura contratual dentro do limite regulatório, sobrecontratação até 105%.

### Total de Receitas (Despesas) Operacionais

As Receitas (Despesas) Operacionais passaram de R\$970 milhões em 2016 para R\$1.215 milhões no mesmo período de 2017, representando um aumento de 25%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão do aumento dos custos com serviços de terceiros visto que a Companhia vem aumentando as ações de combate à inadimplência, além de ter aumentado a manutenção da rede de distribuição.

### Resultado financeiro



A despesa financeira líquida da Companhia passou de R\$129 milhões em 2016 para R\$169 milhões em 2017, representando um aumento na despesa financeira líquida em 31% em virtude, principalmente, do efeito da variação cambial, gerado pelo aumento do dólar em 1,5%, saindo de R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016 para R\$ 3,31 em 31 de dezembro de 2017, contra uma queda do dólar em 2016 de 16,4%, saindo de R\$ 3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$ 3,26 em 31 de dezembro de 2016.

#### Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$1.050 milhões em 2016 para R\$1.241 milhões em 2017, representando uma variação positiva de 18% em virtude, principalmente, do aumento da receita operacional de suas controladas CEMAR e CELPA, conforme mencionado acima.

#### Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social passou de R\$176,8 milhões em 2016 para R\$36 milhões em 2017, representando uma redução de 80%, em virtude da utilização dos créditos de prejuízos fiscais de suas controladas CEMAR e CELPA.

#### Lucro líquido do período

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R\$712 milhões em 2016 para R\$997 milhões em 2017, representando um aumento de 40%.

#### Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2016 e 2015.

	Consolidado				
	31/12/2016	%AV	31/12/2015	%AV	%AH
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>7.825.601</b>	100%	<b>7.134.673</b>	100%	10%
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>(5.803.400)</b>	-74%	<b>(5.449.010)</b>	-76%	7%
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>2.022.201</b>	26%	<b>1.685.663</b>	24%	20%
Despesas com vendas	(560.600)	-7%	(428.616)	-6%	31%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(328.599)	-4%	(327.091)	-5%	0%
Depreciação e amortização	-	0%	(45.829)	-1%	-100%
Amortização do direito de concessão	(6.373)	0%	(6.707)	0%	-5%
Resultado da equivalência patrimonial	26.893	0%	31.421	0%	-14%
Outras despesas/receitas operacionais	(101.165)	-1%	(215.327)	-3%	-53%
<b>Total de receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(969.844)</b>	-12%	<b>(992.149)</b>	-14%	-2%
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>1.052.357</b>	13%	<b>693.514</b>	10%	52%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>(2.345)</b>	0%	<b>427.549</b>	6%	-101%
<b>Lucro antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>1.050.012</b>	13%	<b>1.121.063</b>	16%	-6%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(176.886)</b>	-2%	<b>(161.215)</b>	-2%	10%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>873.126</b>	11%	<b>959.848</b>	13%	-9%
Atribuível aos acionistas não controladores	(160.909)	-2%	(151.366)	-2%	6%
<b>Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>712.217</b>	9%	<b>808.482</b>	11%	-12%

#### Receita operacional líquida

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$7.135 milhões em 2015 para R\$7.826 milhões em 2016, representando um aumento de 10%. Os Diretores da Companhia entendem que tal resultado está em linha mediante o cenário econômico atual do país.

#### Custos do serviço de energia elétrica

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$5.449 milhões em 2015 para R\$5.803 milhões no mesmo período de 2016, representando um aumento de 6%. Os Diretores da Companhia



entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão do aumento do custo de construção sendo este neutro para análise do resultado dos serviços uma vez que seu aumento é integralmente compensado por aumento na receita de construção, componente da receita operacional da Companhia.

#### **Resultado financeiro**

O resultado do financeiro líquido da Companhia passou de R\$428 milhões em 2015 para uma despesa financeira líquida de R\$2 milhões em 2016, representando uma variação negativa de 101% em virtude do Ajuste a Valor Presente dos valores de recuperação judicial de R\$380 milhões da controlada CELPA realizado em 2015.

#### **Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$1.121 milhões em 2015 para R\$1.050 milhões em 2016, representando uma redução de 6%.

#### **Lucro líquido do período**

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R808 milhões em 2015 para R\$712 milhões em 2016, representando uma redução de 12%.

**Comparação dos resultados consolidados nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2015 e 2014.**

	Consolidado				
	31/12/2015	%AV	31/12/2014	%AV	%AH
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>7.134.673</b>	100%	<b>6.773.453</b>	100%	5%
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>	<b>(5.449.010)</b>	-76%	<b>(5.071.896)</b>	-75%	7%
<b>Lucro operacional bruto</b>	<b>1.685.663</b>	24%	<b>1.701.557</b>	25%	-1%
Despesas com vendas	(428.616)	-6%	(371.449)	-5%	15%
Despesas gerais, administrativas e amortização	(327.091)	-5%	(285.652)	-4%	15%
Depreciação e amortização	(45.829)	-1%	(35.339)	-1%	30%
Amortização do direito de concessão	(6.707)	0%	(1.116)	0%	501%
Resultado da equivalência patrimonial	31.421	0%	23.806	0%	32%
Outras despesas/receitas operacionais	(215.327)	-3%	(108.966)	-2%	98%
<b>Total de receitas (despesas) operacionais</b>	<b>(992.149)</b>	-14%	<b>(778.716)</b>	-11%	27%
<b>Lucro antes do resultado financeiro</b>	<b>693.514</b>	10%	<b>922.841</b>	14%	-25%
<b>Resultado financeiro</b>	<b>427.549</b>	6%	<b>(210.909)</b>	-3%	-303%
<b>Lucro antes da contribuição social e imposto de renda</b>	<b>1.121.063</b>	16%	<b>711.932</b>	11%	57%
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(161.215)</b>	-2%	<b>68.630</b>	1%	-335%
<b>Lucro líquido do período</b>	<b>959.848</b>	13%	<b>780.562</b>	12%	23%
Atribuível aos acionistas não controladores	(151.366)	-2%	(142.806)	-2%	6%
<b>Lucro do exercício atribuído aos acionistas da controladora</b>	<b>808.482</b>	11%	<b>637.756</b>	9%	27%

#### **Receita operacional líquida**

A receita operacional líquida da Companhia passou de R\$6.773 milhões em 2014 para R\$7.135 milhões em 2015, representando um aumento de 5%. Os Diretores da Companhia entendem que tal resultado está em linha mediante o cenário econômico atual do país.

#### **Custos do serviço de energia elétrica**

O custo do serviço de energia elétrica da Companhia passou de R\$5.072 milhões em 2014 para R\$5.449 milhões no mesmo período de 2015, representando um aumento de 7%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, especialmente, em razão: (i) aumento no preço de liquidação da CCEE – PLD, devido à redução dos reservatórios e necessidade de despachos das térmicas para atender a demanda nacional, e (ii) aumento da exposição involuntária da empresa pelo atraso de entrada em operações de Usina e cancelamentos de contratos não performados pelos geradores.

#### **Resultado financeiro**

O resultado do financeiro da Companhia passou de uma despesa financeira líquida de R\$211 milhões em 2014 para uma receita financeira líquida de R\$428 milhões em 2015, representando um aumento de 303% em virtude do Ajuste a Valor Presente dos valores de recuperação judicial em R\$380 milhões da controlada CELPA.

#### **Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro antes da contribuição social e imposto de renda da Companhia passou de R\$711 milhões em 2014 para R\$1.121 milhões em 2015, representando um aumento de 11%.

## Lucro líquido do período

Em razão dos fatores mencionados acima, o lucro líquido do período da Companhia passou de R638 milhões em 2014 para R\$808 milhões em 2015, representando um aumento de 27%.

## Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	31/12/2017	%AV	31/12/2016	%AV	%AH
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	4.172.474	23,9%	920.784	6,5%	353,1%
Investimentos de curto prazo	919	0,0%	2.137.135	15,0%	-100,0%
Contas a receber de clientes	2.439.478	13,9%	2.292.104	16,1%	6,4%
Contas a receber – bandeira tarifária	8.763	0,1%	3.947	0,0%	122,0%
Aquisição de combustível - conta CCC	77.895	0,4%	64.738	0,5%	20,3%
Serviços pedidos	195.802	1,1%	133.605	0,9%	46,6%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	100.414	0,6%	-	0,0%	N/A
Depósitos judiciais	15.245	0,1%	31.839	0,2%	-52,1%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	1.242	0,0%	-100,0%
Estoques	15.934	0,1%	19.987	0,1%	-20,3%
Impostos e contribuições a recuperar	117.137	0,7%	105.000	0,7%	11,6%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	156.064	0,9%	127.909	0,9%	22,0%
Outros créditos a receber	194.075	1,1%	89.242	0,6%	117,5%
	<b>7.494.200</b>	<b>42,9%</b>	<b>5.927.532</b>	<b>41,7%</b>	<b>26,4%</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	613.431	3,5%	372.004	2,6%	64,9%
Aquisição de combustível - conta CCC	101.311	0,6%	93.306	0,7%	8,6%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	120.021	0,7%	-	0,0%	100,0%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	8.466	0,0%	65.284	0,5%	-87,0%
Depósitos judiciais	141.566	0,8%	165.018	1,2%	-14,2%
Instrumentos financeiros derivativos	48.720	0,3%	-	0,0%	N/A
Impostos e contribuições a recuperar	130.747	0,7%	130.636	0,9%	0,1%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	45.561	0,3%	42.833	0,3%	6,4%
Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	8.401	0,0%	-	0,0%	N/A
Outros créditos a receber	187.836	1,1%	66.965	0,5%	180,5%
Ativo financeiro da concessão	3.224.622	18,4%	2.602.224	18,3%	23,9%
Investimentos	422.063	2,4%	96.322	0,7%	338,2%
Imobilizado	10.661	0,1%	8.755	0,1%	21,8%
Intangível	4.930.846	28,2%	4.648.641	32,7%	6,1%
	<b>9.994.252</b>	<b>57,1%</b>	<b>8.291.988</b>	<b>58,3%</b>	<b>20,5%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>17.488.452</b>	<b>100,0%</b>	<b>14.219.520</b>	<b>100%</b>	<b>23,0%</b>

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	31/12/2017	%AV	31/12/2016	%AV	%AH
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	1.185.038	6,8%	943.283	7%	25,6%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	40.071	0,2%	33.330	0%	20,2%
Empréstimos e financiamentos	984.578	5,6%	868.211	6%	13,4%
Debêntures	213.812	1,2%	118.740	1%	80,1%
Impostos e contribuições a recolher	476.712	2,7%	357.041	3%	33,5%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	23.384	0,1%	9.306	0%	151,3%
Dividendos e juros sobre capital próprio	263.976	1,5%	195.911	1%	34,7%
Encargos do consumidor	49.611	0,3%	28.748	0,2%	72,6%
Contribuição de iluminação pública	24.480	0,1%	42.101	0%	-41,9%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	88.588	0,5%	69.029	0,5%	28,3%
Participação nos lucros de empregados	80.578	0,5%	76.559	0,5%	5,2%
Instrumentos financeiros derivativos	19.946	0,1%	-	0%	N/A
Valores a pagar da recuperação judicial	8.544	0,0%	96.409	0,7%	-91,1%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	53.954	0,3%	86.222	0,6%	-37,4%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	0,0%	71.524	1%	100,0%
Outras contas a pagar	561.075	3,2%	419.891	3,0%	33,6%
	<b>4.074.347</b>	<b>23,3%</b>	<b>3.416.305</b>	<b>24%</b>	<b>19,3%</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.978.665	17,0%	2.217.653	15,6%	34,3%
Debêntures	2.793.186	16,0%	1.629.727	11%	71,4%
Impostos e contribuições a recolher	38.236	0,2%	37.316	0,3%	2,5%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	184.702	1,1%	238.395	2%	-22,5%
Impostos e contribuições a recolher diferidos	13.976	0,1%	-	0%	N/A
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórias	425.089	2,4%	455.527	3,2%	-6,7%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	-	0,0%	1.501	0%	100,0%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	156.374	0,9%	153.334	1%	2,0%
Valores a pagar da recuperação judicial	965.523	5,5%	912.337	6,4%	5,8%
Plano de aposentadoria e pensão	43.216	0,2%	38.412	0,3%	12,5%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0,0%	31.278	0%	100,0%
Outras contas a pagar	67.034	0,4%	216.048	2%	-69,0%
	<b>7.666.001</b>	<b>43,8%</b>	<b>5.931.528</b>	<b>42%</b>	<b>29,2%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	2.227.021	12,7%	1.981.985	14%	12,4%
Reservas de capital	59.150	0,3%	54.959	0,4%	7,6%
Reservas de lucros	2.524.802	14,4%	2.009.845	14%	25,6%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	-0,1%	(22.262)	-0,2%	0,0%
Outros resultados abrangentes	(2.626)	0,0%	(529)	0%	396,4%
		0,0%	-	0%	N/A
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia</b>					
	<b>4.786.085</b>	<b>27,4%</b>	<b>4.023.998</b>	<b>28%</b>	<b>18,9%</b>
Participação dos acionistas não controladores	962.019	5,5%	847.689	6%	13,5%
				34,3%	
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>5.748.104</b>	<b>32,9%</b>	<b>4.871.687</b>	<b>%</b>	<b>18,0%</b>
		100,0%			
<b>Total do passivo</b>	<b>17.488.452</b>	<b>%</b>	<b>14.219.520</b>	<b>100%</b>	<b>23,0%</b>



### **Ativo circulante**

O ativo circulante da Companhia passou de R\$5.927 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$7.494 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 26,4%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente por:

#### ***Caixa e equivalentes de caixa***

Pela captação dos recursos no montante de R\$1.000 milhões decorrentes da 8ª emissão de debêntures no valor de R\$500 milhões e pela 1ª emissão de notas promissórias de R\$500 milhões ambas na controlada CEMAR.

#### ***Investimento de Curto Prazo***

Investimento de Curto Prazo, passou de R\$2.137 milhões em 2016 para R\$919 milhões em dezembro de 2017, representando variação negativa de 100% decorrente do resultado de adequação à política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (Fundos de Investimentos Exclusivos do Grupo Equatorial Energia) para caixa e equivalentes de caixa. Estas aplicações apesar de atenderem anteriormente às premissas do CPC 03 (R2), quanto à classificação como caixa e equivalentes de caixa, estavam classificadas como investimentos de curto prazo, pois não havia a expectativa da Administração em utilizar estes recursos na gestão de caixa da Companhia.

#### ***Contas a Receber de Clientes***

Contas a receber de clientes, passou de R\$2.292 milhões em 2016 para R\$2.439 milhões em dezembro de 2017, representando variação positiva de 6,4%, dos saldos nas rubricas de contas a receber de consumidores faturados e parcelamentos, referem-se respectivamente, a melhora na arrecadação ocasionada pelo aumento das ações de cobrança; e negociações dos débitos dos clientes inadimplentes com mais de cinco faturas das controladas CEMAR e CELPA.

### **Ativo não circulante**

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$8.292 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$9.994 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 20,5%.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

#### ***Contas a Receber de Clientes***

Contas a receber de clientes passou de R\$372 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$613 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva de 64,9% principalmente em decorrência de negociações dos débitos dos clientes inadimplentes da controlada CELPA com mais de cinco faturas, refletindo um aumento na conta de Parcelamento de Débitos.

#### ***Ativo financeiro da concessão***

Ativo financeiro da concessão passou de R\$2.602 milhões em 31 de dezembro 2016 para R\$3.225 milhões em 31 dezembro de 2017, representando variação de 23,9% decorrente de investimentos realizados pela Companhia no exercício, para fazer frente ao crescimento observado em suas concessões.

#### ***Investimento***

O investimento passou de R\$96 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$422 milhões em 31 de dezembro de 2017 decorrente de aquisição da participação em 51% do capital social total da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA no valor de R\$287 milhões, bem como no aumento de capital das Transmissoras SPEs e Equatorial Transmissão no montante de R\$204 milhões.

#### ***Intangível***



O ativo intangível passou de R\$4.649 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.931 milhões em 31 de dezembro de 2017 decorrente de investimentos realizados pela Companhia no exercício, para fazer frente ao crescimento observado em suas concessões.

#### **Passivo circulante**

O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.416 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$4.074 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma redução de 19,3%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

#### ***Fornecedores***

Fornecedores passou de R\$943 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$1.185 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva 25,6% decorrente, principalmente, pelo aumento do preço médio das despesas com compra de energia devido ao reajuste dos contratos de CCEAR celebrados com os geradores, assim como com o pagamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficit de Energia Nova. As despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências em virtude do PLD médio de 2017, que foi liquidado no valor médio de R\$ 201,66 e R\$ 255,66, sendo em 2016 o PLD médio praticado de R\$ 82,75 e R\$102,85 nas controladas CEMAR e CELPA respectivamente. Outro fator relevante que elevou a despesa no suprimento de energia elétrica foi o pagamento referente ao risco hidrológico, que a geração realizada média para 2017 de 79,3%, sendo a diferença valorada para 95% da garantia física até agosto e 90% da garantia física valorada o ao PLD médio. Em 2016 a geração realizada média foi de 87%.

#### ***Empréstimos e financiamentos***

Empréstimos e financiamentos passou de R\$868 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$985 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva de 13,4% decorrente de encurtamento no perfil de vencimento dos empréstimos e financiamentos da Companhia.

#### ***Dividendos e juros sobre capital próprio***

Dividendos e juros sobre capital próprio passou de R\$196 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$264 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva 34,7% decorrente do aumento no valor anunciado pela Companhia.

#### **Passivo não circulante**

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$5.932 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$9.666 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 29,2%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

#### ***Empréstimos e financiamentos***

Empréstimos e financiamentos passou de R\$2.218 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.979 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando variação positiva de 34,3% decorrente da 1ª emissão de notas promissórias de R\$500 milhões da controlada CEMAR.

#### ***Debêntures***

Debêntures passou de R\$1.630 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.793 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação positiva de 71,4% decorrente de captações da controlada CEMAR da 8ª emissão de debêntures em R\$500 milhões bem como a 2ª emissão de debêntures da Companhia.

#### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$4.872 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$5.748 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando um aumento de 18%. Referida variação ocorreu, principalmente: (i) pela integralização de capital no montante de R\$246 milhões, o qual passou de R\$1.981 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.227 milhões em 31 de dezembro de 2017, representando uma variação positiva de 12,4%; e (ii) principalmente, pela constituição da reserva de lucros o qual passou de R\$2.010 em 31 de dezembro de 2016 para R\$2.525 em 31 de dezembro de 2017.

### Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015.

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	31/12/2016	%AV	31/12/2015	%AV	%AH
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	920.784	6%	397.866	3%	131%
Investimentos de curto prazo	2.137.135	15%	2.083.474	17%	3%
Contas a receber de clientes	2.292.104	16%	1.977.709	16%	16%
Contas a receber – bandeira tarifária	3.947	0%	5.542	0%	-29%
Aquisição de combustível - conta CCC	64.738	0%	221.298	2%	-71%
Serviços pedidos	133.605	1%	112.580	1%	19%
Depósitos judiciais	31.839	0%	25.277	0%	26%
Instrumentos financeiros derivativos	1.242	0%	52.826	0%	-98%
Estoques	19.987	0%	11.430	0%	75%
Impostos e contribuições a recuperar	105.000	1%	94.874	1%	11%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	127.909	1%	116.783	1%	10%
Outros créditos a receber	89.242	1%	58.692	0%	52%
	<b>5.927.532</b>	<b>42%</b>	<b>5.158.351</b>	<b>41%</b>	<b>15%</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	372.004	3%	277.587	2%	34%
Aquisição de combustível - conta CCC	93.306	1%	-	0%	N/A
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.284	0%	65.824	1%	-1%
Depósitos judiciais	165.018	1%	150.527	1%	10%
Instrumentos financeiros derivativos	-	0%	273.803	2%	-100%
Impostos e contribuições a recuperar	130.636	1%	88.233	1%	48%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	42.833	0%	39.661	0%	8%
Outros créditos a receber	66.965	0%	86.132	1%	-22%
Ativo financeiro da concessão	2.602.224	18%	2.228.931	18%	17%
Investimentos	96.322	1%	88.646	1%	9%
Imobilizado	8.755	0%	3.552	0%	146%
Intangível	4.648.641	33%	4.124.640	33%	13%
	<b>8.291.988</b>	<b>58%</b>	<b>7.427.536</b>	<b>59%</b>	<b>12%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>14.219.520</b>	<b>100%</b>	<b>12.585.887</b>	<b>100%</b>	<b>13%</b>

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	31/12/2016	%AV	31/12/2015	%AV	%AH
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	943.283	7%	934.780	7%	1%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	33.330	0%	33.994	0%	-2%
Empréstimos e financiamentos	868.211	6%	805.387	6%	8%
Debêntures	118.740	1%	47.303	0%	151%
Impostos e contribuições a recolher	357.041	3%	312.421	2%	14%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	9.306	0%	18.238	0%	-49%
Dividendos e JSCP	195.911	1%	217.998	2%	-10%
Encargos do consumidor	28.748	0%	43.495	0%	-34%
Contribuição de iluminação pública	42.101	0%	17.433	0%	142%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	69.029	0%	75.088	1%	-8%
Participação nos lucros de empregados	76.559	1%	65.384	1%	17%
Valores a pagar da recuperação judicial	96.409	1%	91.446	1%	5%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	86.222	1%	134.950	1%	-36%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	71.524	1%	49.561	0%	44%
Outras contas a pagar	419.891	3%	283.994	2%	48%
	<b>3.416.305</b>	<b>24%</b>	<b>3.131.472</b>	<b>25%</b>	<b>9%</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.217.653	16%	2.587.266	21%	-14%
Debêntures	1.629.727	11%	495.182	4%	229%
Impostos e contribuições a recolher	37.316	0%	50.709	0%	-26%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	238.395	2%	142.502	1%	67%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	455.527	3%	469.996	4%	-3%



Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	1.501	0%	16.978	0%	-91%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	153.334	1%	128.527	1%	19%
Valores a pagar da recuperação judicial	912.337	6%	995.599	8%	-8%
Plano de aposentadoria e pensão	38.412	0%	36.718	0%	5%
Instrumentos financeiros derivativos	31.278	0%	-	0%	0%
Outras contas a pagar	216.048	2%	301.699	2%	-28%
	<b>5.931.528</b>	<b>42%</b>	<b>5.225.176</b>	<b>42%</b>	<b>14%</b>
Patrimônio líquido					
Capital social	1.981.985	14%	1.980.214	16%	0%
Reservas de capital	54.959	0%	44.909	0%	22%
Reservas de lucros	2.009.845	14%	1.472.341	12%	37%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	0%	(22.262)	0%	0%
Outros resultados abrangentes	(529)	0%	4.050	0%	-113%
Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia	4.023.998	28%	3.479.252	28%	16%
Participação dos acionistas não controladores	847.689	6%	749.987	6%	13%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.871.687</b>	<b>34%</b>	<b>4.229.239</b>	<b>34%</b>	<b>15%</b>
				<b>100</b>	
<b>Total do passivo</b>	<b>14.219.520</b>	<b>100%</b>	<b>12.585.887</b>	<b>%</b>	<b>13%</b>

### Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$5.158 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$5.928 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 15%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

#### ***Caixa e equivalentes de caixa***

Aumento no Caixa e equivalentes de caixa de R\$398 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$921 milhões em 31 de dezembro de 2016 principalmente impactada pela controlada CELPA, a qual realizou captação de recursos no montante de R\$960 milhões referente à emissão das Debêntures e amortizações de empréstimos e financiamentos no montante de R\$295 milhões.

#### ***Contas a Receber de Clientes***

Aumento no Contar a Receber de Clientes de R\$1.978 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.292 milhões em 31 de dezembro de 2016 em virtude principalmente da variação no contas a receber de sua controlada CELPA, no montante de R\$208 milhões, por consequência das ações de combate às perdas de energia, que, no momento que regulariza uma ligação, fatura parte do montante perdido em períodos anteriores à regularização, o que provoca um prazo médio maior de recebimento e, do alongamento no perfil de recebíveis da Companhia.

#### ***Aquisição de combustível - conta CCC***

O saldo de Aquisição de combustível - conta CCC passou de R\$221 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$65 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente da redução na operação do sistema isolado, reduzindo a necessidade de aquisição de combustível.

### Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$7.428 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$8.292 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 12%.

Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

#### ***Contas a receber de clientes***

Aumento no Contar a Receber de Clientes de R\$278 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$372 milhões em 31 de dezembro de 2016 decorrente do alongamento no perfil de recebíveis da Companhia, com maior volume de parcelamentos realizados pelos clientes.

#### ***Aquisição de combustível - conta CCC***

O saldo de Aquisição de combustível - conta CCC passou de R\$0 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$93 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente de alongamento no perfil de recebimento do reembolso de combustíveis para operação do sistema isolado.

#### ***Ativo financeiro da concessão***

Aumento no Ativo financeiro de concessão de R\$2.229 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.602 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente das controladas CEMAR e CELPA, em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhoria na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

#### ***Intangível***

Aumento no Intangível de R\$4.125 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$4.649 milhões em 31 de dezembro de 2016, principalmente das controladas CEMAR e CELPA, em virtude da ampliação dos investimentos em expansão e melhoria na rede de distribuição, ações de combate às perdas por furtos de energia, bem como na conexão de novos clientes.

#### ***Instrumentos financeiros derivativos***

O saldo de instrumentos financeiros derivativos passou de R\$274 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$0 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando uma redução de R\$274 milhões, utilizados para neutralizar variações cambiais em dívidas denominadas em moeda estrangeira. Tal queda é decorrente da variação cambial no período.

#### **Passivo circulante**

O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.131 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$3.416 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 9%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente por:

#### ***Empréstimos e financiamentos***

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R\$805 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$868 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente de aumento no endividamento bruto da Companhia no período, para fazer frente ao crescimento da sua necessidade de capital de giro.

#### ***Debêntures***

O saldo de debêntures passou de R\$47 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$119 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando um aumento de R\$47 milhões no exercício de 2016, decorrente da Emissão de Debêntures nas controladas CEMAR e CELPA, as quais se destinaram prioritariamente para aumento do capital de giro.

#### ***Outras Contas a Pagar***

O saldo de outras contas a pagar passou de R\$284 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$420 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando um aumento de R\$136 milhões no exercício de 2016, pelo acúmulo de passivo de questionamentos tributários – CCC de R\$165 milhões.

#### **Passivo não circulante**

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$5.225 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$5.932 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 14%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, por:

#### ***Empréstimos e financiamentos***

O saldo de empréstimos e financiamentos passou de R\$2.587 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$2.218 milhões em 31 de dezembro de 2016, decorrente de aumento no endividamento bruto da

Companhia, para fazer frente à sua maior necessidade de capital de giro, assim como investimentos realizados em seus ativos financeiros e intangível.

### **Debêntures**

Aumento de Debêntures de R\$495 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$1.630 milhões em 31 de dezembro de 2016 decorrente de Emissão de Debêntures nas controladas CEMAR e CELPA que se destinou prioritariamente para aumento do capital de giro das mesmas.

### **Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos**

O saldo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos passou de R\$143 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$238 milhões em 31 de dezembro de 2016, ocasionando um aumento de R\$96 milhões no exercício de 2016, em virtude do aumento no valor de diferenças temporárias do período.

### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$4.229 milhões em 31 de dezembro de 2015 para R\$4.872 milhões em 31 de dezembro de 2016, representando um aumento de 15%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento das reservas de lucro e de capital (de R\$1.517 milhões para R\$2.065 milhões), em virtude do lucro líquido não distribuído como dividendos no exercício.

### **Comparação das Principais Contas Patrimoniais Consolidadas em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014.**

	<b>Consolidado</b>				
	<b>31/12/2015</b>	<b>%AV</b>	<b>31/12/2014</b>	<b>%AV</b>	<b>%AH</b>
Em milhares de R\$, exceto %					
<b>Ativo</b>					
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	397.866	3%	280.098	2%	42%
Investimentos de curto prazo	2.083.474	17%	1.683.565	15%	24%
Contas a receber de clientes	1.977.709	16%	1.382.874	12%	43%
Contas a receber – bandeira tarifária	5.542	0%	-	0%	N/A
Aquisição de combustível - conta CCC	221.298	2%	236.701	2%	-7%
Serviços pedidos	112.580	1%	106.304	1%	6%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	341.602	3%	-100%
Depósitos judiciais	25.277	0%	20.037	0%	26%
Instrumentos financeiros derivativos	52.826	0%	64.553	1%	-18%
Estoques	11.430	0%	20.912	0%	-45%
Impostos e contribuições a recuperar	94.874	1%	109.916	1%	-14%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	116.783	1%	76.192	1%	53%
Outros créditos a receber	58.692	0%	64.070	1%	-8%
	<b>5.158.351</b>	<b>41%</b>	<b>4.386.824</b>	<b>39%</b>	<b>18%</b>
<b>Não circulante</b>					
Contas a receber de clientes	277.587	2%	191.871	2%	45%
Valores a receber de parcela A e outros itens financeiros	-	0%	380.854	3%	-100%
Sub-rogação da CCC - valores aplicados	65.824	1%	113.255	1%	-42%
Depósitos judiciais	150.527	1%	136.156	1%	11%
Instrumentos financeiros derivativos	273.803	2%	8.860	0%	2990%
Impostos e contribuições a recuperar	88.233	1%	87.059	1%	1%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recuperar	39.661	0%	36.238	0%	9%
Outros créditos a receber	86.132	1%	63.222	1%	36%
Ativo financeiro da concessão	2.228.931	18%	1.565.973	14%	42%
Investimentos	88.646	1%	77.464	1%	14%
Imobilizado	3.552	0%	3.341	0%	6%
Intangível	4.124.640	33%	4.217.519	37%	-2%
	<b>7.427.536</b>	<b>59%</b>	<b>6.881.812</b>	<b>61%</b>	<b>8%</b>
<b>Total do ativo</b>	<b>12.585.887</b>	<b>100%</b>	<b>11.268.636</b>	<b>100%</b>	<b>12%</b>

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado				
	31/12/2015	%AV	31/12/2014	%AV	%AV
<b>Passivo</b>					
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	934.780	7%	1.139.843	10%	-18%
Obrigações e encargos sobre folha de pagamento	33.994	0%	29.773	0%	14%
Empréstimos e financiamentos	805.387	6%	959.855	9%	-16%
Debêntures	47.303	0%	10.861	0%	336%
Impostos e contribuições a recolher	312.421	2%	250.740	2%	25%
Impostos e contribuições sobre o lucro a recolher	18.238	0%	32.160	0%	-43%
Dividendos e JSCP	217.998	2%	176.840	2%	23%
					2833
Encargos do consumidor	43.495	0%	1.483	0%	%
Contribuição de iluminação pública	17.433	0%	30.848	0%	-43%
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	75.088	1%	79.569	1%	-6%
Participação nos lucros de empregados	65.384	1%	56.855	1%	15%
Valores a pagar da recuperação judicial	91.446	1%	79.631	1%	15%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	134.950	1%	51.728	0%	161%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	49.561	0%	-	0%	N/A
Outras contas a pagar	283.994	2%	252.428	2%	13%
	<b>3.131.472</b>	<b>25%</b>	<b>3.152.614</b>	<b>28%</b>	<b>-1%</b>
<b>Não circulante</b>					
Empréstimos e financiamentos	2.587.266	21%	2.897.754	26%	-11%
Debêntures	495.182	4%	506.423	4%	-2%
Impostos e contribuições a recolher	50.709	0%	77.046	1%	-34%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	142.502	1%	31.614	0%	351%
Provisão para processos cíveis, fiscais, trabalhistas e regulatórios	469.996	4%	546.245	5%	-14%
Valores a devolver de parcela A e outros itens financeiros	16.978	0%	-	0%	N/A
Pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	128.527	1%	107.519	1%	20%
Valores a pagar da recuperação judicial	995.599	8%	256.230	2%	289%
Plano de aposentadoria e pensão	36.718	0%	47.768	0%	-23%
Outras contas a pagar	301.699	2%	199.898	2%	51%
	<b>5.225.176</b>	<b>42%</b>	<b>4.670.497</b>	<b>41%</b>	<b>12%</b>
<b>Patrimônio líquido</b>					
Capital social	1.980.214	16%	1.977.276	18%	0%
Reservas de capital	44.909	0%	22.585	0%	99%
Reservas de lucros	1.472.341	12%	871.843	8%	69%
Ajuste de avaliação patrimonial	(22.262)	0%	(22.262)	0%	0%
Outros resultados abrangentes	4.050	0%	(13.075)	0%	-131%
<b>Patrimônio líquido atribuível aos acionistas da Companhia</b>	<b>3.479.252</b>	<b>28%</b>	<b>2.836.367</b>	<b>25%</b>	<b>23%</b>
Participação dos acionistas não controladores	749.987	6%	609.158	5%	23%
<b>Total do patrimônio líquido</b>	<b>4.229.239</b>	<b>34%</b>	<b>3.445.525</b>	<b>31%</b>	<b>23%</b>
<b>Total do passivo</b>	<b>12.585.887</b>	<b>100%</b>	<b>11.268.636</b>	<b>100%</b>	<b>12%</b>

### Ativo circulante

O ativo circulante da Companhia passou de R\$4.387 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$5.158 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 18%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento no Contas a Receber de Clientes (de R\$1.383 milhões para R\$1.978 milhões), pelo aumento nos Impostos sobre o lucro a recuperar (de R\$76 milhões para R\$117 milhões) e pelo aumento dos Depósitos judiciais de curto prazo (de R\$20 milhões para R\$25 milhões).

### Ativo não circulante

O ativo não circulante da Companhia passou de R\$6.882 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$7.428 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 8%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu principalmente pelo aumento no Ativo financeiro de concessão das controladas CEMAR e CELPA (de R\$1.566 milhões para R\$2.229 milhões) e pelo aumento dos Instrumentos financeiros derivativos de longo prazo (de R\$9 milhões para 274 milhões).

### Passivo circulante



O passivo circulante da Companhia passou de R\$3.153 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$3.131 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando uma redução de 1%. Os Diretores da Companhia entendem praticamente não houve variação desta conta entre os exercícios.

#### **Passivo não circulante**

O passivo não circulante da Companhia passou de R\$4.670 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$5.225 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 12%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento dos Valores a pagar da recuperação judicial na controlada CELPA (de R\$256 milhões para R\$996 milhões).

#### **Patrimônio líquido**

O patrimônio líquido da Companhia passou de R\$3.446 milhões em 31 de dezembro de 2014 para R\$4.229 milhões em 31 de dezembro de 2015, representando um aumento de 23%. Os Diretores da Companhia entendem que essa variação ocorreu, principalmente, pelo aumento das reservas (de R\$894 milhões para R\$1.517 milhões).

Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016

Em milhares de R\$, exceto %	<b>Consolidado</b>		<b>Variação</b>
	<b>31/12/2017</b>	<b>31/12/2016</b>	
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades operacionais	1.057.111	867.699	22%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de investimento	628.673	(944.426)	-167%
Fluxo de caixa líquido proveniente das (utilizado nas) atividades de financiamento	1.565.906	599.645	161%

#### **Atividades Operacionais**

##### **Ajustes não caixa**

Aumento nas variações monetárias em decorrência do aumento do dólar em 1,5% nos encargos da dívida em virtude das novas captações realizadas no período, variando de R\$156 milhões em 31 de dezembro de 2016 para R\$491 milhões em 31 de dezembro de 2017.

Redução dos rendimentos sobre aplicações financeiras em virtude do resultado da adequação a política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (Fundos de Investimentos Exclusivos do Grupo Equatorial Energia) para caixa e equivalentes de caixa.

##### **Variações ativos e passivos**

###### **Aquisição de combustível - conta CCC**

A principal variação decorreu da controlada CELPA que detém, em 31 de dezembro de 2017, créditos junto à CCC no montante de R\$ 179.206 (R\$ 158.044 em 31 de dezembro de 2016). Os valores, classificados como circulante, estão sendo recebidos dentro dos prazos estabelecidos, todavia os do não circulante aguardam o encerramento da fiscalização da ANEEL, iniciada através do Ofício nº 530/2016 - SFF (Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira). Os créditos supracitados estão registrados pelo valor histórico, não constam registros de encargos pelo atraso nos repasses.

###### **Fornecedores**

A principal variação decorreu das despesas com compra de energia em 2017 que tiveram um preço médio maior que no exercício findo em 31 de dezembro de 2016 devido ao reajuste dos contratos de CCEAR celebrados com os geradores, assim como com o pagamento do Mecanismo de Compensação de Sobras e Déficits de Energia Nova. As despesas de compra de energia no curto prazo tiveram influências em virtude do PLD médio de 2017, que foi liquidado no valor médio de R\$ 201,66 e R\$ 255,66, sendo em



2016 o PLD médio praticado de R\$ 82,75 e R\$102,85 nas controladas CEMAR e CELPA respectivamente. Outro fator relevante que elevou a despesa no suprimento de energia elétrica foi o pagamento referente ao risco hidrológico, que a geração realizada média para 2017 de 79,3%, sendo a diferença valorada para 95% da garantia física até agosto e 90% da garantia física valorada o ao PLD médio. Em 2016 a geração realizada média foi de 87%.

#### Atividades de Investimento

Ativo financeiro da concessão - Transmissoras

Principal variação relativa às constituições dos ativos financeiros da concessão das Transmissoras, no montante de R\$151 milhões.

#### Investimentos

A variação decorre de aquisição da participação em 51% do capital social total da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA.

#### Atividades de Financiamento

Aumento na captação de recursos tendo como principais a emissão da 2ª debêntures da Companhia bem como a 1ª emissão de nota promissória tanto da Companhia quanto da controlada CEMAR.

#### Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2016 e 31 de dezembro de 2015

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado		Variação
	2016	2015	
Fluxo de caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	612.282	197.712	-48%
Fluxo de caixa líquido aplicado (utilizado nas) atividades de investimento	(689.009)	(963.587)	-26%
Fluxo de caixa líquido aplicado (utilizado nas) atividades de financiamento	599.645	(116.357)	-615%

#### Atividades Operacionais

##### Ajustes não caixa:

Redução nos encargos da dívida, variações monetárias líquidas e nos instrumentos financeiros derivativos em virtude principalmente da queda do dólar em 17%, saindo de R\$3,90 em 31 de dezembro de 2015 para R\$3,25 no exercício findo 31 de dezembro de 2016, contra uma alta de 33% se comparando ao mesmo período de 2015.

Outro fator ocorrido apenas em 2015 foi o ajuste a valor presente no montante de R\$395.292 na controlada CELPA que passou a considerar como remota a possibilidade de exclusão dos créditos dos critérios da recuperação judicial, sendo possível mantê-los, com probabilidade mais que possível até o seu vencimento definido em recuperação judicial.

Houve ainda a redução na linha de Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros nas controladas CEMAR e CELPA em decorrência do reajuste tarifário anual.

#### Atividades de Investimento

A variação principal é resultado da adequação a política de investimentos do grupo Equatorial Energia, migrando os recursos de investimento de curto prazo (fundos de investimentos) para equivalente de caixa (CDB).

## Atividades de Financiamento

Aumento na captação de recursos tendo como principais as emissões das debêntures da controlada CELPA no montante de 960.000 bem como a 7ª emissão da controlada CEMAR no montante de R\$270.000.

## Comparação das Principais Contas de Fluxo de Caixa em 31 de dezembro de 2015 e 31 de dezembro de 2014

Em milhares de R\$, exceto %	Consolidado		Variação
	2015	2014	
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades operacionais	1.197.712	(26.776)	4373%
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento	(963.587)	(1.028.914)	-6%
Caixa líquido gerado pelas (utilizado nas) atividades de financiamento	(116.357)	931.541	-112%

## Atividades operacionais

O caixa líquido gerado pelas atividades operacionais foi de R\$1.198 milhões para R\$27 milhões, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, tal variação foi decorrente, principalmente: (i) do aumento nos encargos da dívida, juros, variações monetárias e cambiais líquidas em virtude principalmente da alta do dólar de 47% em 2015 contra 13% no mesmo período de 2014; (ii) do aumento na linha de Valores a receber/devolver da parcela A e outros itens financeiros nas controladas CEMAR e CELPA em decorrência do reajuste tarifário anual de maior custo de compra de energia que estava sendo incorrido ao longo de 2014 e passou a ser compensado desde o final de 2014 e durante o ano de 2015.

## Atividades de investimentos

O caixa líquido utilizado pelas atividades de investimentos foi de R\$964 milhões para R\$1.029 milhões, nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, tal variação foi decorrente, principalmente com (i) as aquisições no ativo intangível.

## Atividades de financiamentos

O caixa líquido utilizado pelas atividades de financiamentos foi de R\$116 milhões para um caixa líquido gerado pelas atividades de financiamentos foi de R\$931 milhões, nos exercícios sociais em 31 de dezembro de 2015 e 2014, respectivamente, tal variação foi decorrente, principalmente: (i) as amortizações de empréstimos e financiamentos de suas controladas CEMAR e CELPA; (ii) Dividendos e juros sobre capital próprio pagos.

## 10.2. Os diretores devem comentar:

### a) resultados das operações do emissor, em especial:

#### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

A receita líquida da Companhia é composta, principalmente, pelo faturamento do consumo de energia dos consumidores da área de concessão da CEMAR e da CELPA.

#### ii. Fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

### Perdas de Energia

As distribuidoras CEMAR e CELPA sujeitam-se a dois tipos de perda de eletricidade: perdas técnicas e perdas comerciais. Perdas técnicas ocorrem no curso ordinário da distribuição de energia elétrica, enquanto perdas comerciais resultam do furto de energia, bem como de fraude, medição errada e erros de emissão de contas. As perdas de energia acarretam a necessidade da Companhia adquirir mais energia para fazer face às suas necessidades de distribuição, ocasionando um aumento dos custos de compra de energia para revenda.

### ***Incentivos Fiscais***

#### ***Depreciação Acelerada***

O art. 31 da Lei nº 11.196/2005, regulamentado pelo Decreto nº 5.988/2006 concedeu o incentivo da depreciação acelerada incentivada, para efeito do cálculo do imposto sobre a renda, para bens adquiridos de 1º de janeiro de 2006 a 31 de dezembro de 2018, pelas pessoas jurídicas que tenham projeto aprovado para instalação, ampliação, modernização ou diversificação, enquadrado em setores da economia considerados prioritários para o desenvolvimento regional, em microrregiões menos desenvolvidas localizadas nas áreas de atuação da SUDENE e da SUDAM. A depreciação acelerada incentivada consiste na depreciação integral, no próprio ano da aquisição do bem.

Tal incentivo foi obtido pela CEMAR através da Portaria nº 0043, emitida pela SUDENE, em 27 de abril de 2007. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou os 217 Municípios do Estado do Maranhão como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas a que se refere à Portaria da SUDENE. Dessa forma, a CEMAR vem utilizando o incentivo para todos os 217 Municípios do Estado do Maranhão.

Na CELPA tal incentivo foi obtido através da declaração 013/2013, emitida pela SUDAM, em 20 de dezembro de 2013. Nos termos da Portaria MIN nº 1.211, emitida em 20 de dezembro de 2006, o Ministério de Integração Nacional relacionou 141 Municípios do Estado do Pará como sendo enquadrados entre as microrregiões menos desenvolvidas. Dessa forma, a CELPA vem utilizando o incentivo para todos os 141 elencados nessa portaria.

#### ***Isenção de 75% do Imposto de Renda***

Em 14 de maio de 2007, a Agência para o Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, atual Superintendência para o Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº. 0061/2007, que outorga à CEMAR ampliação do percentual de redução do imposto de renda de 25% para 75% sob a justificativa de modernização total das suas instalações elétricas, com prazo de vigência de 2007 até o ano de 2021.

Em 19 de dezembro de 2013, a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia - SUDAM, que pertence ao Ministério de Integração Nacional, emitiu o Laudo Constitutivo nº 140/2013, que outorga à CELPA o benefício de redução do imposto de renda de 75%, calculado sobre o imposto de renda apurado na base do lucro da exploração, sob a justificativa de diversificação de empreendimento de infraestrutura, com prazo de vigência de 2013 até o ano de 2022.

A CVM através da Deliberação nº. 555, emitida em 12 de novembro de 2008, aprovou o pronunciamento técnico CPC 07 que trata de subvenções e assistências governamentais, determinando o reconhecimento contábil das subvenções concedidas em forma de redução ou isenção tributária como receita. A lei nº. 11.638/07 extinguiu as reservas de capital e Doações e Subvenção para Investimento e criou a Reserva de Incentivos Fiscais, onde a assembleia geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar para a reserva de incentivos fiscais a parcela do lucro líquido decorrente de doações ou subvenções governamentais para investimentos, que poderá ser excluída da base de cálculo do dividendo obrigatório.

#### ***Suspensão do PIS e da COFINS***

Em 16 de abril de 2015 foi publicado no Diário Oficial da União - DOU o Ato Declaratório Executivo nº 14 de 1º de abril de 2015 homologando à CELPA o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento

da Infraestrutura – REIDI, permitindo a suspensão do PIS e da COFINS na aquisição de mercadorias e serviços destinados ao ativo imobilizado pelo período de 5 anos.

Em 04 de agosto de 2017 houve a publicação no DOU dos Atos Declaratórios da Receita Federal que homologaram às Equatoriais Transmissoras SPEs 1, 2, 3, 4, 5, 6 e 7 o Regime Especial de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura – REIDI, permitindo a suspensão do PIS e da COFINS na aquisição de mercadorias e serviços destinados ao ativo imobilizado pelo período de 5 anos, a encerrar em 03 de agosto de 2022.

A Equatorial Transmissora 8 SPE SA teve o benefício homologado por meio do Despacho Decisório nº 358, de 19 de setembro de 2017, publicado no Diário Oficial da União – DOU em 22 de setembro de 2017, tendo sua vigência garantida por 5 anos a contar da data de publicação do Ato Declaratório Executivo correspondente no DOU:

<b>SPE</b>	<b>Ato Declaratório Executivo</b>
Equatorial Transmissora 1 SPE S.A.	ADE DRF/BSB nº 59, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 2 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 56, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 3 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 58, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 4 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 64, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 5 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 60, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 6 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 61, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 7 SPE SA	ADE DRF/BSB nº 57, de 01 de agosto de 2017
Equatorial Transmissora 8 SPE SA	Despacho Decisório nº 358, de 19 de setembro de 2017

**b) variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

A receita requerida anual, que representa a receita necessária para as distribuidoras manterem o equilíbrio econômico-financeiro, é segregada em 2 parcelas para fins de sua determinação:

Parcela A: Compreende os custos “não-gerenciáveis” das distribuidoras, ou seja, os custos cujo montante e variância estão fora do controle e influência da Companhia, os quais, estão detalhados a seguir:

- CCC – Conta de Consumo de Combustível: Encargo que visa cobrir os custos anuais de geração termelétrica, cujo montante anual é fixado para cada empresa em função do seu mercado e necessidade do uso das usinas termelétricas.
- Taxa de Fiscalização: Encargo que tem a finalidade de constituir a receita da ANEEL para cobertura de suas despesas administrativas e operacionais. Este é fixado anualmente e pago mensalmente.
- PROINFA: Programa de Incentivo a Fontes Alternativas: Encargo para cobertura dos custos da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais elétricas e biomassa. Calculado anualmente pela ANEEL, e pago mensalmente pela Companhia.
- CDE – Conta de Desenvolvimento Energético: Encargo com finalidade de prover recursos para o desenvolvimento e competitividade energética dos estados, bem como, a universalização do serviço de energia elétrica. Seu valor é fixado anualmente pela ANEEL.
- P&D: Pesquisa e Desenvolvimento: Referente à aplicação de 1% da receita operacional líquida anual, sendo no mínimo 0,75% em pesquisa e desenvolvimento e 0,25% em eficiência energética no setor elétrico.

Parcela B: Compreende os custos “gerenciáveis”, que são os custos inerentes as operações de distribuição de energia, estando assim sujeitos ao controle ou influência das práticas de gestão adotadas pela Companhia. Também inclui a remuneração do capital, (o qual é calculado sobre uma base de remuneração de ativos, acrescido da cota de depreciação regulatória), e também um percentual regulatório de receitas irrecuperáveis. O Contrato de Concessão CELPA de distribuição de energia da Companhia estabelece a tarifa inicial e, prescreve os seguintes mecanismos de atualização tarifária:

- Reajuste tarifário anual: Objetiva restabelecer anualmente o poder de compra da receita obtida pela Companhia.
- Representa um ajuste referente às flutuações dos custos da Parcela “A” e a inflação (IGP-M) da Parcela “B” decrescido ou acrescido do Fator “X” (meta de eficiência para o próximo período).
- Revisão tarifária extraordinária: Pode ocorrer a qualquer momento quando acontecer um desequilíbrio econômico-financeiro no acordo de concessão.
- Revisão tarifária periódica: Objetiva analisar, a cada 4 anos, o equilíbrio financeiro econômico da concessão. O processo se dá através da revisão da receita necessária para cobertura dos custos operacionais eficientes e a remuneração adequada sobre os investimentos realizados com prudência.

A revisão tarifária periódica tem seu mecanismo conduzido em 2 etapas. Na primeira etapa, o chamado reposicionamento tarifário, que se baseia na definição da parcela da receita necessária para coberta dos custos operacionais eficientes, dado um nível de qualidade do serviço e uma remuneração sobre os investimentos realizados com prudência. A segunda etapa consiste no cálculo do Fator “X”, que estabelece metas de eficiência para o próximo período.

#### **I. CEMAR:**

A receita operacional líquida da CEMAR, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingiu R\$3.130 milhões, crescimento de 8% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Ao final de agosto de 2017, a CEMAR passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 12,88%. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2017 a 27 de agosto de 2018.

A receita operacional líquida da CEMAR no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$3.065 milhões, com aumento de 12%, se comparado com R\$2.739 milhões do exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Ao final de agosto de 2015, a CEMAR passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 18,42%, sendo 12,40% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 6,03% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2015 a 27 de agosto de 2016.

Ao final de agosto de 2014, a Emissora passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CEMAR foi reajustada em média em 24,12%, sendo 19,02% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 5,10% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 28 de agosto de 2014 a 27 de agosto de 2015.

#### **II. CELPA:**

A receita operacional líquida da CELPA, no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017, atingiu R\$5.151 milhões, crescimento de 14% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Em agosto de 2017, a CELPA passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 7,19%. Essa tarifa foi válida durante período de 07 de agosto de 2017 a 06 de agosto de 2018.

A receita operacional líquida da CELPA no período encerrado em 31 de dezembro de 2016 foi de R\$4.513 milhões, com aumento de 8%, se comparado com a receita operacional de R\$4.187 milhões de 2015. O crescimento no volume de energia vendida foi de 3,4%. Para o exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2015, a receita operacional líquida somou R\$4.187 milhões, crescimento de 5,0%, comparado ao exercício social de 31 de dezembro de 2014 que apresentou receita operacional líquida de R\$3.987 milhões.

Em agosto de 2015, a CELPA passou pelo processo de Revisão Tarifária Periódica – RTP, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 7,47%, sendo 12,08% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e -4,61% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa é válida pelo período de 07 de agosto 2015 a 06 de agosto de 2016.

Em agosto de 2014, a CELPA passou pelo processo de Reajuste Tarifário Anual – RTA, no qual a tarifa praticada pela CELPA foi reajustada em média em 35,93%, sendo 26,14% referentes ao reajuste tarifário anual econômico e 9,79% relativos aos componentes financeiros. Essa tarifa foi válida durante período de 07 de agosto de 2014 a 06 de agosto de 2015.

**c. impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor**

Os principais indexadores presentes no plano de negócios do Emissor são o IGP-M, TJLP, CDI e IPCA:

- IGP-M: A companhia possui 2,67% de seu endividamento atrelado ao IGP-M.
- TJLP: A Companhia possui 14,4% de seu endividamento atrelado a TJLP.
- CDI: Todas as aplicações financeiras da CEMAR e CELPA. A Equatorial possui 22,15% de seu endividamento atrelado ao CDI.
- IPCA: A Companhia possui 22,29% de seu endividamento atrelado a IPCA.
- SELIC: A Companhia possui 10,86% de seu endividamento atrelado à SELIC.

**10.3. Eventos com efeitos relevantes, ocorridos e esperados, nas demonstrações financeiras**

**a) introdução ou alienação de segmento operacional**

Não se aplica, uma vez que não houve introdução ou alienação de segmento operacional da Companhia e, portanto, os Diretores da Companhia não esperam efeitos relevantes nas demonstrações financeiras da Companhia relativas aos últimos 3 exercícios sociais e ao exercício corrente.

**b) constituição, aquisição ou alienação de participação societária**

Em 19 de dezembro de 2017 o Grupo concluiu a aquisição da participação de 51% do capital social total da Integração Transmissora de Energia S.A. - INTESA para a Equatorial Energia, ficando o capital social distribuído da seguinte forma: Equatorial Energia S.A. (51%), Centrais Elétricas do Norte do Brasil - ELETRONORTE (37%) e Companhia Hidro Elétrica do São Francisco - CHESF (12%). A data base utilizada no contrato de compra e venda foi 31 de dezembro de 2016, onde a INTESA apresentou um patrimônio no montante de R\$ 403.286.

No exercício de 2017 a INTESA gerou um lucro de R\$ 58.394 e um patrimônio ajustado de R\$ 450.795. Para a aquisição do investimento, a Companhia pagou um montante de R\$ 261.078, mediante transferência bancária no qual gerou um investimento de R\$ 205.676, ágio de R\$ 81.156 e um resultado via equivalência patrimonial de R\$ 24.229, líquido de dividendos distribuídos em 31 de dezembro de 2017 no montante de R\$ 5.552. A Companhia entende que o ágio é justificado pela rentabilidade futura da INTESA e estima concluir a mensuração para a alocação final do preço de compra até 19 de dezembro de 2018.

**c) eventos ou operações não usuais**

Vide item 10.3 b) acima.

**10.4. – Mudanças significativas nas práticas contábeis - Ressalvas e ênfases no parecer do auditor**

As demonstrações financeiras são elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

**2017**

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements).

**2016**

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements).

**2015**

A Diretoria decidiu pela reclassificação da receita de atualização dos ativos financeiros indenizáveis da concessão, originalmente apresentada sob a rubrica de “Receita Financeira”, no resultado financeiro, para o grupo de receitas operacionais, por refletir mais apropriadamente o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e propiciar a melhor apresentação quanto a sua posição patrimonial e seu desempenho em conformidade com o CPC 23 – Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de erro (IAS 8 – Accounting Policies, Changes in Accounting Estimates and Errors) e CPC 26 (R1) – Apresentação das Demonstrações Contábeis (IAS 1- Presentation of Financial Statements).

**(b) Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis**

Não houve efeitos significativos como resultado das alterações em práticas contábeis nos últimos três exercícios sociais.

**(c) Ressalvas e ênfases presentes no parecer do auditor**

Não houvera ressalvas ou ênfases nos pareceres dos auditores independentes em às demonstrações financeiras para os exercícios sociais encerrados em de 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015.

**10.5 – Políticas Contábeis Críticas**

A preparação das Demonstrações Financeiras exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.



As seguir estão listadas apenas as estimativas determinadas pela Administração da Equatorial como mais importantes com base em seu julgamento e na probabilidade de impacto relevante, caso outras estimativas fossem utilizadas em seu lugar. Há outras estimativas e julgamentos que são efetuados, porém para o impacto da alteração ou substituição destas não são esperadas alterações relevantes para as demonstrações financeiras da Equatorial.

As políticas contábeis significativas adotadas pela Companhia nos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015 estão descritas nas notas explicativas específicas, relacionadas aos itens apresentados.

As políticas contábeis que podem ter impacto relevante, estão descritas a seguir:

#### **Registro das operações de fornecimento de energia elétrica**

As receitas das operações nas controladas da Companhia (CEMAR e CELPA) são oriundas do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas ao serviço, sendo mensuradas pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida dos impostos e dos eventuais descontos incidentes.

O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura. A receita não faturada, correspondente ao período entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida.

O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia.

Devido à complexidade na captura, processamento e registro das transações, bem como a alta dependência dos sistemas de tecnologia envolvidos no reconhecimento da receita da Companhia consideramos esse assunto significativo.

#### **Ativos financeiros da concessão**

A parcela dos investimentos realizados e não amortizados até o final da concessão é classificada como ativo financeiro da concessão para as controladas da Companhia (CEMAR e CELPA), por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente. Os saldos compostos pelos direitos de uso dos bens vinculados ao contrato de serviço de concessão, amortizáveis até o prazo final da concessão são reconhecidos como ativo intangível pelas controladas.

Decorrente da aplicação das Interpretações Técnicas ICPC 01 - (R1) Contratos de Concessão e ICPC 17 - Contratos de Concessão: Evidenciação e da Orientação Técnica OCPC 05 - Contratos de concessão, existe o risco de que a bifurcação entre ativo financeiro e ativo intangível apresente distorções atribuídas a erros nas estimativas preparadas pelas controladas. Adicionalmente, observa-se que o ativo financeiro, que representa a indenização a ser paga pelo Poder Concedente ao final da concessão para o concessionário, por investimentos de bens não reversíveis e não amortizados, deve ser atualizado conforme orientações do Órgão Regulador.

A indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido.

Devido à relevância, complexidade e julgamento utilizados para a mensuração do ativo financeiro da concessão, a Administração da Companhia avalia esta política contábil como crítica.

#### **Provisão para contingências**

A Companhia e suas controladas figuram como ré em ações de natureza cíveis, fiscais e trabalhistas. A Companhia exerce julgamento relevante na determinação dos montantes que devem ser reconhecidos como provisão para contingências, bem como na divulgação de processos não provisionados, em que a



expectativa de perda é considerada como possível e as perdas remotas não requerem provisão e nem divulgação, portanto, há um julgamento que envolve a mensuração do passivo, onde um resultado desfavorável em tais processos, individualmente ou no agregado, pode ter um efeito relevante nas demonstrações financeiras.

Considerando à relevância, complexidade e julgamento envolvidos na avaliação, mensuração, definição do momento para o reconhecimento e divulgações relacionadas às Provisões e Passivos Contingentes que pode impactar o valor e divulgações desses passivos nas demonstrações financeiras avaliamos esta política contábil como crítica.

#### **Plano de recuperação judicial (CELPA)**

A controlada CELPA ajuizou pedido de recuperação judicial em 2012, com a finalidade de permitir a continuidade da sua atividade econômica. O plano de recuperação judicial foi aprovado pelos credores. Em dezembro de 2014 o juiz da 13ª. Vara Cível e Empresarial de Belém/PA decretou por encerrada a recuperação judicial da CELPA, com base no que dispõem os artigos 61 e 63 da Lei nº 11.102/05 e diante da manifestação do Administrador Judicial e do Ministério Público. Porém a referida decisão não transitou em julgado, tendo em vista a interposição de Recursos que ainda restam pendentes de julgamento pelo Tribunal de Justiça. O plano de recuperação judicial possui efeito legal e as obrigações nele estabelecidas devem ser atendidas pela CELPA e por todos os seus credores. A liquidação da dívida da CELPA deve ser plenamente atendida em função de potenciais sanções dos órgãos reguladores, com prazo previsto para encerramento em 2034.

Considerando a complexidade das condições legais do plano de recuperação judicial e ao alongamento das dívidas da CELPA, a relevância dos impactos e divulgações nas demonstrações financeiras e aos julgamentos envolvidos, a Administração da Companhia determina esta política contábil como crítica.

#### **10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras**

##### **a) Os ativos e passivos detidos pela Emissora, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items)**

A Companhia não possui ativos ou passivos que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

##### **(i) arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há arrendamentos mercantis operacionais, ativos ou passivos, não evidenciados nos balanços patrimoniais **sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

##### **(iii) contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

##### **(iv) contratos de construção não terminada**



Os Diretores da Companhia esclarecem que não há construção não terminada não evidenciada nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**(v) contratos de recebimentos futuros de financiamentos**

Os Diretores da Companhia esclarecem que não há contratos de recebimentos futuros de financiamentos não evidenciados nos balanços patrimoniais da Companhia no último exercício social.

**b) Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui ativos ou passivos ou outros itens que não estejam refletidos nesse formulário e nas demonstrações financeiras e suas notas explicativas, nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2017, 2016 e 2015. Portanto, os Diretores da Companhia entendem que não há itens relevantes não evidenciados em referidas informações financeiras da Companhia.

**10.7 - Comentários sobre itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

**a) Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Emissora**

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato.

**b) Natureza e o propósito da operação**

Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato.

**c) Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Emissora em decorrência da operação**

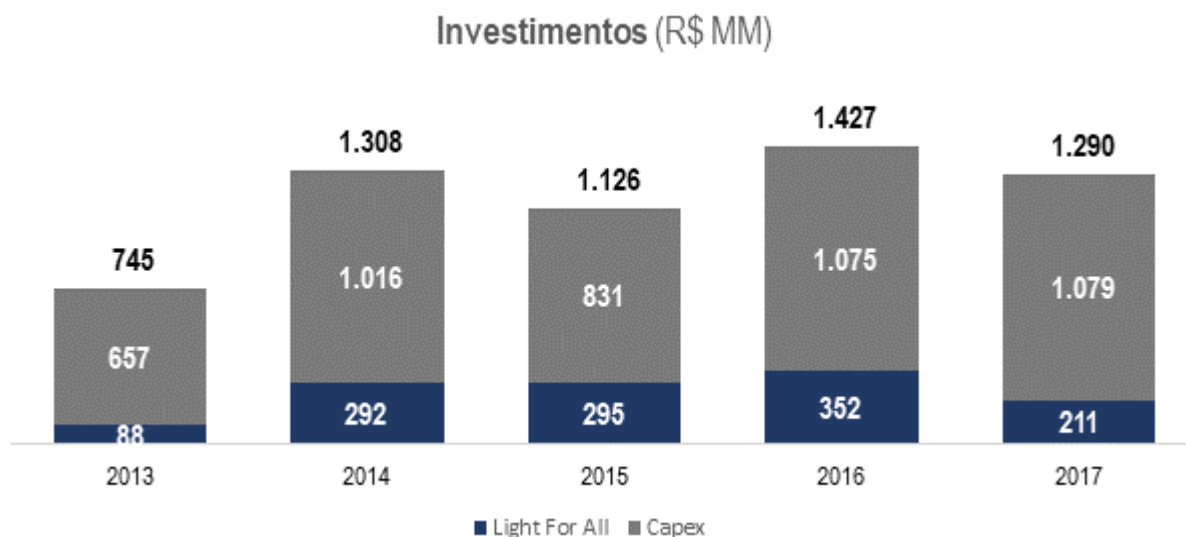
Não existem ativos ou passivos detidos pela Companhia que não são evidenciados em seu balanço patrimonial, tampouco transações relevantes das quais a Companhia é parte ou que envolvam riscos por conta de participação societária ou contrato.

**10.8. Plano de negócios**

**a) Investimentos**

**(i) descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos**

Abaixo, demonstramos o histórico de investimentos de CEMAR e CELPA de maneira consolidada:



**(ii) fontes de financiamento dos investimentos**

**I. CEMAR:**

A CEMAR financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Banco do Nordeste do Brasil – BNB, da International Finance Corporation - IFC e/ou de demais instrumentos de captação dos mercado de capitais e de crédito bancário, tais como debêntures, notas promissórias e outros títulos de dívida que possuam taxas e prazos adequados.

Os investimentos diretos do Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE").

**II. CELPA:**



A CELPA financia seus projetos de investimento próprio parte com sua geração própria de caixa e parte através de linhas de financiamento de bancos de fomento nacionais e internacionais como as do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, do Banco da Amazônia e/ou de demais instrumentos de captação dos mercado de capitais e de crédito bancário, tais como debêntures, notas promissórias e outros títulos que possuam taxas e prazos adequados.

Os recursos para o Programa Luz Para Todos são financiados com recursos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE") e do Financiamento à Infraestrutura e ao Saneamento ("FINISA") da Caixa Econômica Federal.

**(iii) Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos**

Atualmente, a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento, nem quaisquer desinvestimentos previstos.

**b) Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva da Emissora**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não divulgou aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a sua capacidade produtiva.

**c) Novos produtos e serviços**

**(i) Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento e já divulgadas relacionadas à novos produtos ou serviços.

**(ii) Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisa para desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui pesquisas em andamento para desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**(iii) Projetos em desenvolvimento já divulgados**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui projetos em desenvolvimento já divulgados relacionadas à novos produtos ou serviços.

**(iv) montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços**

Não se aplica, uma vez que a Companhia não possui gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços.

**10.9 Outros fatores com influência relevante**

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.



## **EXHIBIT II**

### **EXHIBIT 9-1-II (CVM Instruction No. 481/09)**

#### **Allocation of net income**

(Amounts in R\$ thousands, except as otherwise indicated)

**1. Please report the net income of the fiscal year.**

A. R\$997,263 thousand.

**2. Please report the global amount and amount of the dividends per share, including any advanced dividends and interest on equity already declared.**

A. Proposed dividends: R\$240,685 thousand.  
Amount of dividends per share: R\$1.21.

**3. Please report the percentage of the distributed net income of the fiscal year.**

A. 25.4%.

**4. Please report the global amount and the amount per share of dividends distributed based on the profits of previous fiscal years.**

A. None.

**5. Please report, net of any advanced dividends and interest on equity already declared:**

a. The gross amount of dividends and interest on equity, segregated by each type and class of shares.

<b>Type of Share</b>	<b>Number of Shares</b>	<b>Amount (R\$)</b>	<b>R\$ per Share</b>
Common	198,743	218,823	1.1010345

b. The form and time of payment of the dividends and interest on equity.

A. To be paid by December 31, 2018, on a date to be established by the Management of the Company in the future.

c. Any adjustment for inflation and interest on the dividends and interest on equity.

A. None.

d. The date of declaration of payment of the dividends and interest on equity taken into account to identify which shareholders will be entitled to such payments.



A. The shareholders identified as such on the date of the Annual Shareholders' Meeting of the Company shall be entitled to receive the announced dividends.

**6. If any dividends or interest on equity were declared based on income stated in semi-annual balance sheets or in shorter periods:**

a. Please report the amount of the dividends or interest on equity already declared.

A. None.

b. Please report the date of the respective payments.

A. None.

**7. Please provide a comparative table stating the following amounts per each type and class of share:**

a. Net income for the fiscal year and for the previous three (3) fiscal years:

	2017	2016	2015
Earnings of the Fiscal Year	997,263	712,217	808,482
Earnings per share (R\$)	5.02	3.58	4.07
Weighted-average number of shares	198,743	198,645	198,484

b. Dividend and interest on equity distributed in the three (3) previous fiscal years:

A.

Resolution	Payment	Amount per Share (lot in units of <i>Reais</i> )	
		Amount	Common Shares (ON)
<b><u>2017</u></b>			
Meeting of the Board of Directors dated December 27, 2017	Interest on equity (gross)	21,862	0.11
Meeting of the Board of Directors dated March 8, 2018	Dividends	218,823	1.10
<b><u>2016</u></b>			
Meeting of the Board of Directors dated December 26, 2016	Interest on equity (gross)	55,629	0.28
Meeting of the Board of Directors dated March 8	Dividends	115,242	0.58
<b><u>2015</u></b>			
Meeting of the Board of Directors dated December 23, 2015	Interest on equity (gross)	69,506	0.35
Meeting of the Board of Directors dated March 10, 2016	Dividends	129,083	0.65

**8. If any income is allocated to the legal reserve:**

- a. Please identify the amount allocated to the legal reserve.
- A. R\$49,863.

- b. Please detail calculation of the legal reserve.
- A. 5% on the net income of the fiscal year.

**9. If the company has any preferred shares entitled to fixed or minimum dividends:**

- a. Please describe the calculation of the fixed or minimum dividends.
- A. Not applicable.
- b. Please report whether the income of the fiscal year is sufficient for payment of the fixed or minimum dividends.

- A. Not applicable.

- c. Please identify whether any unpaid installment is cumulative.
- A. Not applicable.

- d. Please identify the global amount of the fixed or minimum dividends to be paid to each class of preferred shares.
- A. Not applicable.

- e. Please identify the fixed or minimum dividends to be paid per each preferred share of each class.
- A. Not applicable.

**10. With respect to the mandatory dividend:**

- a. Please describe the calculation method set forth in the bylaws.
- A. “(iii) At least twenty-five percent (25%) of the balance of the year’s net income after the deduction mentioned in item (i) of this Paragraph shall be distributed to all the shareholders of the Company by way of dividends.”

- b. Please report if it is being fully paid.
- A. Yes

c. Please report the retained amount, if any.

A. None.

**11. In case of retention of the mandatory dividend due to the financial situation of the company:**

a. Please report the amount of such retention.

A. Not applicable.

b. Please describe in detail the financial situation of the company, including a discussion of any issues relating to liquidity analysis, working capital, and positive cash flows.

A. Not applicable.

c. Please justify the retention of the dividends.

A. Not applicable.

**12. In case of allocation of income to the contingency reserve:**

a. Please identify the amount allocated to such reserve.

A. Not applicable.

b. Please identify the loss deemed probable and its cause.

A. Not applicable.

c. Please explain why such loss was deemed probable.

A. Not applicable.

d. Please justify the creation of such reserve.

A. Not applicable.

**13. In case of allocation of profits to the unrealized income reserve:**

a. Please report the amount allocated to the unrealized income reserve.

A. Not applicable.

b. Please disclose the nature of the non-realized profits that gave rise to such reserve.



A. Not applicable.

**14. In case of allocation of income to the reserves created by the By-Laws:**

a. Please describe the articles of the By-Laws that establish such reserve.

A. “(iv) The remaining portion of the year’s net income after the payment of dividends to shareholders shall be allocated, at a rate to be established by the shareholders’ meeting, to the Investment and Expansion Reserve, the purposes of which are (i) to ensure funds for the acquisition of interest in the capital stock of other companies, consortiums, and undertakings engaged in the electricity industry, (ii) to reinforce the working capital of the Company, and, (iii) moreover, to be used in redemption, reimbursement, or acquisition of shares in the Company.”

b. Please identify the amount allocated to such reserve.

A. R\$706,714.

c. Please describe how such amount was calculated.

A. The remaining balance of the year’s adjusted income after the dividend proposal.

**15. In case of retention of profits provided for in the capital budget:**

a. Please identify the amount of such retention.

A. Not applicable.

b. Please provide a copy of the capital budget.

A. Not applicable.

**16. In case of allocation of income to the tax incentive reserve:**

a. Please report the amount allocated to such reserve.

A. Not applicable.

b. Please explain the nature of such allocation.

A. Not applicable.



## **EXHIBIT III**

### **Management Compensation**

#### **Item 13 - Reference Form (CVM Instruction 480/09)**

##### **13.1. - Description of the compensation policy or practice, including regarding the non-statutory executive board**

###### **a) objectives of the compensation policy or practice:**

The purpose of the compensation policy is to attract, retain, motivate and develop executives with the standards of excellence required by the Company. The compensation practices aim at creating a culture driven by results, through the achievement and surpassing of targets that are interesting for the employees, the Company and the shareholders.

In addition to the compensation policy, the Company has a Stock Options Plan that confers the right to its holders, but not the obligation, to subscribe Company shares at a fixed price in a given period of time. In our opinion, although involving risks, this instrument also enables aligning management interests to those of shareholders in the medium and long term.

For further information about our Stock Options Plan, see item 13.4 herein.

###### **b) composition of compensation:**

###### **i. compensation elements and objectives:**

The members of the Board of Directors and the Fiscal Council receive a fixed monthly fee for the performance of their duties, in line with market average, aiming at attracting and retaining directors with knowledge in the segment and the business, in order to improve the strategic discussions of the Company, follow up and monitor the results, provide guidance on the conduction of business, and contribute with suggestions regarding best market practices, guaranteeing good corporate governance practices. The members of the Board of Directors and the Fiscal Council do not receive variable compensation and/or any benefits.

The compensation of the Statutory Executive Board includes a fixed monthly fee, profit sharing, and benefits. The fixed compensation is in line with market average, being defined through a market survey based on the Hay Group's method. Its objectives are as follows: **(i)** motivation, with the primary purpose of generating value for the Company, and **(ii)** to optimize the Company's investment in human resources, aiming at attracting and retaining qualified professionals deemed "key" for the sustainability of our business, and using competitive practices relating to the companies of the market in which we operate. Variable compensation, in turn, is established based on the achievement of targets, being connected to meritocracy values practiced inside the Company, with the purpose of: **(i)** preserving meritocracy in a way that the compensation of each executive is commensurate to his/her contribution to the Company's results; **(ii)** binding the performance of Officers to the operating and financial performance of the Company, its business plans and objectives; and **(iii)** aligning the compensation of Officers to the interests of shareholders. The Officers are entitled to receive the following benefits: **(a)** health and dental plan; **(b)** meal allowance; **(c)** FASCEMAR – Fundação de Previdência Complementar private pension plan ("FASCEMAR"); and **(d)** life insurance. The benefits are in line with market practices, and they are part of the total compensation of the Company's managers.

Additionally, although the Company's Audit and Security Committee participates in the decisions made by management bodies, in addition to performing other duties and activities, this committee does not receive, and has not received, any compensation since its creation in 2015.

**ii. share of each element in total compensation:**

<b>31 de dezembro de 2017</b>				
Orgão	Honorário Fixo	Benefícios	Variável	Plano de Opções* (Stock Options)
Conselho Fiscal	100,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Conselho de Administração	48,48%	0,66%	50,86%	0,00%
Diretoria Estatutária	23,65%	1,36%	75,00%	0,00%

Key:

<b>December 31, 2017</b>				
Body	Fixed Compensation	Benefits	Variable Compensation	Stock Options Plan*
Fiscal Council	100.00%	0.00%	0.00%	0.00%
Board of Directors	48.48%	0.66%	50.86%	0.00%
Statutory Executive Board	23.65%	1.36%	75.00%	0.00%

<b>December 31, 2016</b>				
Body	Fixed Compensation	Benefits	Variable Compensation	Stock Options Plan*
Fiscal Council	100%	0.00%	0.00%	0%
Board of Directors	100%	0.00%	0.00%	0%
Statutory Executive Board	11%	0%	87%	0%

<b>December 31, 2015</b>				
Body	Fixed Compensation	Benefits	Variable Compensation	Stock Options Plan*
Fiscal Council	100%	0.0%	0.0%	0.0%
Board of Directors	100%	0.0%	0.0%	0.0%
Statutory Executive Board	18.7%	0.9%	80.4%	0.0%

\* Merely for information purposes (see item 13.16 of this Reference Form).

**iii. method for calculation and adjustment of each compensation element:**

There is not a specific adjustment method for each compensation component, whether regarding the directors or the statutory officers. Regarding the calculation method, the Company regularly analyses market practices through market surveys, with the purpose of assessing adherence of internal values to market reality.

**iv. reasons that justify the composition of compensation:**

The composition of compensation takes into account the responsibilities of each position, based on the values used on the market for professionals that perform similar duties.



Total compensation is approved at the Annual Shareholders' Meeting and distributed as determined by the Board of Directors.

**c) key performance indicators considered to determine each compensation element**

The members of the Board of Directors and the Fiscal Council receive a fixed compensation that does not include performance indicators.

The fixed portion of compensation of managers and members of the Fiscal Council is based on salary surveys conducted by specialized consultants, as well as on individual performance assessments, which are connected to the level of responsibility involved in the function performed. Additionally, the professional qualification required to perform the function is also considered.

The variable compensation of statutory officers is based on a system of management of targets that are previously agreed and aligned to the Issuer's strategic planning. The key indicators analyzed are as follows: **(i)** EBITDA; **(ii)** operating cash generation; **(iii)** investments; **(iv)** quality indicators; **(v)** indication of the satisfaction of customers and employees; and **(vi)** energy loss indices; among others.

Although the Company's Audit and Security Committee participates in the decisions made by management bodies, in addition to performing other duties and activities, this committee does not receive, and it has not received, any compensation since its creation in 2015.

**d) how compensation is structured to reflect the evolution of performance indicators**

With regard to the statutory officers, variable compensation is based on quantitative targets that are formally agreed upon and reflect the evolution of the Company's performance indicators.

The targets for the presidency are distributed to each department and so on, in a way that the segmented achievement of targets contributes to the Company's results. Additionally, the Company must reach the minimum performance required so that variable compensation be paid. Likewise, exceptional results also result in a differentiated variable compensation.

The Board of Directors and the Fiscal Council receive only fixed compensation, so there are no performance indicators in connection to this compensation.

**e) how the compensation policy or practice is aligned with the short-, medium- and long-term interests of the issuer**

The compensation format described above seeks to stimulate the employees to seek better profitability in the investments and projects developed by the Issuer, aligning their interests with those of the Company.

The indicators defined as targets, whose results influence variable compensation, are established in order to align the interests of Company managers with those of shareholders in the short- and medium-term.

In spite of not having a remuneratory character (as described in item 13.16 of this Reference Form), the Stock Options Plan aims at aligning the long-term interests of the Company and its shareholders with those of its managers. Without prejudice to the foregoing, and considering the structure of the information required in this item 13, we will include information about the Stock Options Plan in this item, merely for information purposes.



**f) existence of compensation supported by subsidiaries, controlled companies, or direct and indirect controlling shareholders**

In the last three (3) years, as well as in the current year, the Company and its subsidiary Companhia Energética do Maranhão – CEMAR have shared resources in strict compliance with applicable legislation, particularly regarding accounting and regulatory issues. Accordingly, the percentage compensation paid for the performance of activities by the statutory executive board is transferred to this subsidiary.

**g) existence of any compensation or benefit linked to the occurrence of a given corporate event, such as the sale of equity interest by the issuer**

The Company does not have any compensation or benefit linked to the occurrence of a given corporate event.

### 13.2. - Total compensation of the board of directors, statutory executive board and fiscal council

Total compensation estimated for the current Year, December 31, 2018 - Annual Amounts				
a. Body	Board of Directors	Statutory Executive Board	Fiscal Council	Total
<b>b.i. Total number of members</b>	7	6	3	16
<b>b.ii. No. of members receiving compensation</b>	7	2	3	12
<b>c.i. Fixed annual Compensation</b>	<b>2,402,143.54</b>	<b>1,816,248.18</b>	<b>216,000.00</b>	<b>4,434,391.72</b>
Salary or fees	1,980,000.00	1,440,000.00	180,000.00	3,600,000.00
Direct and indirect benefits	26,143.54	88,248.18	-	114,391.72
Compensation for participation in committees	0	0	0	0
Other (portion of the INSS [social security] paid by the company)	396,000.00	288,000.00	36,000.00	720,000.00
Description of other fixed compensation	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 02/2016	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 02/2016	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 02/2016	
<b>c.ii. Variable Compensation</b>	<b>2,400,000.00</b>	<b>5,999,623.46</b>	-	<b>8,399,623.46</b>
Bonus	2,000,000.00	4,999,686.22	-	6,999,686.22
Profit sharing	0	0	0	0.00
Compensation for attendance at meetings	0	0	0	0.00
Commissions	0	0	0	0.00
Other (portion of the INSS paid by the company on bonuses)	400,000.00	999,937.24	-	1,399,937.24
Description of other variable compensations		INSS on bonus		
<b>c.iii. Post-employment benefits</b>	<b>0</b>	<b>172,493.08</b>	<b>0</b>	<b>172,493.08</b>
<b>c.iv. Benefits on ceasing to exercise the position</b>	0	0	0	0
<b>c.v. Share-based compensation*</b>	0	0	0	0

Note	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	
<b>d. Total compensation</b>	<b>4,802,143.54</b>	<b>7,988,364.72</b>	<b>216.000.00</b>	
<b>e. Total compensation of the Bodies</b>				<b>13,006,508.26</b>

<b>Total compensation for the Year as of December 31, 2017 - Annual Amounts</b>				
<b>a. Body</b>	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Executive Board</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
<b>b.i. Total number of members</b>	7	6	3	16
<b>b.ii. No. of members receiving compensation</b>	7	3	3	12
<b>c.i. Fixed Annual Compensation</b>	<b>2,330,143.54</b>	<b>1,936,248.18</b>	<b>216,000.00</b>	<b>4,482,391.72</b>
Salary or fees	1,920,000.00	1,540,000.00	180,000.00	3,640,000.00
Direct and indirect benefits	26,143.54	88,248.18	-	114,391.72
Compensation for participation in committees	0	0	0	-
Other (portion of the INSS [social security] paid by the company)	384,000.00	308,000.00	36,000.00	728,000.00
Description of other fixed compensation	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 02/2016	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 02/2016	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 02/2016	
<b>c.ii. Variable Compensation</b>	<b>2,417,141.40</b>	<b>5,860,621.80</b>	<b>-</b>	<b>8,277,763.20</b>
Bonus	2,014,284.50	4,883,851.50	-	<b>6,898,136.00</b>
Profit sharing	0	0	0	-
Compensation for attendance at meetings	0	0	0	-
Commissions	0	0	0	-
Other (portion of the INSS paid by the company on bonuses)	402,856.90	976,770.30	-	<b>1,379,627.20</b>



Description of other variable compensations		INSS on bonus		-
<b>c.iii. Post-employment benefits</b>	0	162,442.56	0	<b>162,442.56</b>
<b>c.iv. Benefits on ceasing to exercise the position</b>	0	0	0	-
<b>c.v. Share-based compensation*</b>	0	0	0	-
Note	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	
<b>d. Total compensation</b>	<b>4,747,284.94</b>	<b>7,959,312.54</b>	<b>216,000.00</b>	
<b>e. Total compensation of the Bodies</b>				<b>12,922,597.48</b>

\* Includes Stock Options merely for information purposes (see item 13.16 of this Reference Form).

<b>Total compensation estimated for the Year ended December 31, 2016 - Annual Amounts</b>				
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Executive Board</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
Total number of members	6.00	6.00	3.00	15.00
No. of members receiving compensation	6.00	6.00	3.00	15.00
<b>Fixed Annual Compensation</b>				
Salary or fees	1,868,500.00	1,320,000.00	182,670.00	3,371,170.00
Direct and indirect benefits	22,140.00	67,770.00	0.00	89,910.00
Participation in committees	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	373,700.00	264,000.00	36,530.00	674,230.00
Description of other fixed compensation	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 02/2016	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 02/2016	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER	



			No. 02/2016	
<b>Variable Compensation</b>				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	7,145,750.00	0.00	7,145,750.00
Attendance at meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	1,429,150.00	0.00	1,429,150.00
Description of other variable compensations	-	INSS	-	-
<b>Post-employment</b>	0.00	13,440.00	0.00	13,440.00
<b>Termination of office</b>	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Share-based compensation (including stock options)*</b>	0.00	10,050,903.00	0.00	10,050,903.00
<b>Note</b>	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	-
Total compensation	2,264,340.00	20,291,013.00	219,200.00	22,774,553.00

\* Includes Stock Options merely for information purposes (see item 13.16 of this Reference Form).

<b>Total compensation estimated for the Year ended December 31, 2015 - Annual Amounts</b>				
	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Executive Board</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
Total number of members	7.00	5.83	3.00	15.83
No. of members receiving compensation	7.00	5.83	3.00	15.83
<b>Fixed Annual Compensation</b>				
Salary or fees	1,318,500.00	1,853,670.00	182,610.00	3,354,780.00
Direct and indirect benefits	0.00	91,870.00	0.00	91,870.00
Participation in committees	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	263,700.00	370,730.00	36,520.00	670,950.00
Description of other fixed	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant to item 10.2.13 (b) of	Amount regarding INSS contributions paid by the Company, pursuant	

compensation	CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 01/2017	CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 01/2017	to item 10.2.13 (b) of CVM/SEP CIRCULAR LETTER No. 01/2017	
<b>Variable Compensation</b>				
Bonus	0.00	0.00	0.00	0.00
Profit sharing	0.00	7,965,830.00	0.00	7,965,830.00
Attendance at meetings	0.00	0.00	0.00	0.00
Commissions	0.00	0.00	0.00	0.00
Others	0.00	1,593,170.00	0.00	1,593,170.00
Description of other variable compensations	-	INSS	-	-
<b>Post-employment</b>	0.00	5,830.00	0.00	5,830.00
<b>Termination of office</b>	0.00	0.00	0.00	0.00
<b>Share-based compensation (including stock options)*</b>	0.00	7,859,000.00	0.00	7,859,000.00
<b>Note</b>	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	The number of members of each body was calculated as provided for in item 10.2.13(b) of CVM/SEP Circular Letter No. 02/2016	
Total compensation	1,582,200.00	18,146,930.00	219,130.00	21,541,430.00

\* Includes Stock Options merely for information purposes (see item 13.16 of this Reference Form).

### 13.3. Variable compensation of the board of directors, the statutory executive board and the fiscal council

<b>ESTIMATED VARIABLE COMPENSATION FOR THE YEAR 2018 (R\$ thousand)</b>				
<b>a. Body</b>	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Executive Board</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
b. Number of members	7	7	3	16
c. Number of members receiving compensation	7	2	3	12
d. Bonus:				
i. minimum amount provided for in the Compensation plan	0	0	0	0
ii. maximum amount provided for in the Compensation plan	0	3,850.00	0	3,850.00
iii. amount provided for in the compensation plan if the targets established are achieved	2,000.00	4,999.69	0	6,999.69
e. Profit sharing:	0	0	0	0
i. minimum amount provided for in the Compensation plan	0	0	0	0
ii. maximum amount provided for in the Compensation plan	0	0	0	0
iii. amount provided for in the compensation plan if the targets established are achieved	0	0	0	0

<b>VARIABLE COMPENSATION FOR THE YEAR 2017 (R\$ thousand)</b>				
<b>a. Body</b>	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Executive Board</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
b. Number of members	7	7	3	16
c. Number of members receiving compensation	7	3	3	12
d. Bonus:				
i. minimum amount provided for in the Compensation plan	0	0	0	0
ii. maximum amount provided for in the Compensation plan	0	8,000	0	8,000.00
iii. amount provided for in the compensation plan if the targets established are achieved	2,014.28	4,883.85	0	6,898.13
e. Profit sharing:	0	0	0	0
i. minimum amount provided for in the Compensation plan	0	0	0	0
ii. maximum amount provided for in the Compensation plan	0	0	0	0
iii. amount provided for in the compensation plan if the targets established are achieved	0	0	0	0

(\*) The table above includes the legal charges and provisions for compliance with the accrual regime.

<b>VARIABLE COMPENSATION FOR THE YEAR 2016 (R\$ thousand)</b>				
<b>a. Body</b>	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Executive Board</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
b. Number of members	6	6	3	15
c. Number of members receiving compensation	6	6	3	15
d. Bonus:				
i. minimum amount provided for in the Compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
ii. maximum amount provided for in the Compensation plan	0.00	8,000,000.00	0.00	8,000,000.00
iii. amount provided for in the compensation plan if the targets established are achieved	0.00	7,965,830.00	0.00	7,965,830.00
iv. amount effectively recognized in income for the last 3 years	2,071,530.00	7,074,200.00	0.00	9,145,730.00
e. Profit sharing:				
i. minimum amount provided for in the Compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
ii. maximum amount provided for in the Compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
iii. amount provided for in the compensation plan if the targets established are achieved	0.00	0.00	0.00	0.00
iv. amount effectively recognized in income for the last 3 years	0.00	0.00	0.00	0.00

(\*) The table above includes the legal charges and provisions for compliance with the accrual regime.

<b>VARIABLE COMPENSATION FOR THE YEAR 2015 (R\$ thousand)</b>				
<b>a. Body</b>	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Executive Board</b>	<b>Fiscal Council</b>	<b>Total</b>
b. Number of members	7	5.83	3	15.83
c. Number of members receiving compensation	7	5.83	3	15.83
d. Bonus:				
i. minimum amount provided for in the Compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
ii. maximum amount provided for in the Compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
iii. amount provided for in the compensation plan if the targets established	0.00	7,965,830.00	0.00	7,965,830.00

are achieved				
iv. amount effectively recognized in income for the last 3 years	0.00	7,965,830.00	0.00	7,965,830.00
e. Profit sharing:				
i. minimum amount provided for in the Compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
ii. maximum amount provided for in the Compensation plan	0.00	0.00	0.00	0.00
iii. amount provided for in the compensation plan if the targets established are achieved	0.00	0.00	0.00	0.00
iv. amount effectively recognized in income for the last 3 years	0.00	0.00	0.00	0.00

(\* ) The table above includes the legal charges and provisions for compliance with the accrual regime.

### **13.4. - Share-based compensation plan for the board of directors and the statutory executive board**

Given the absence of a specific classification, and as mentioned in item 13.1.a of this Reference Form, we hereby provide information about the Company's Stock Options Plan.

#### **a) general terms and conditions**

The Company's Fourth Stock Options Plan of ("Fourth Plan") was approved at the Special Shareholders' Meeting held on July 21, 2014. Stock options to be granted under the Fourth Plan should not exceed 3% of the Company's capital. Once the options are exercised by the interested parties, said shares will be issued through a capital increase, within the authorized capital limits set forth in the by-laws. Further details of the Plan are included in the minutes of the Special Shareholders' Meeting that approved the Plan, which are available on: **(i)** the Company's website ([www.equatorialenergia.com.br](http://www.equatorialenergia.com.br)); and **(ii)** CVM's website ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### **b) main objectives of the plan**

The purpose of the plan is to enable share purchasing by the eligible persons, subject to certain conditions, so as to: (a) stimulate the expansion, success, and fulfillment of the Company's corporate purposes; (b) align the interests of shareholders with those of the eligible persons; and (c) enable the Company, as well as other companies under its control, to attract and keep the eligible persons.

#### **c) how the plan contributes to these objectives**

The plan contributes to these objectives by offering to its beneficiaries the possibility to become a shareholder in the Company, aligning the interests of shareholders and managers, and encouraging them to reach their maximum performance.

#### **d) how the plan fits into the issuer's compensation policy\***

The Company values the individual merit of employees based on the fulfillment of operating and financial targets, and individual performance. The stock options plans implemented stimulate good individual performance and the commitment to corporate targets. As mentioned in item 13.1.a of this Reference Form, the Fourth Plan is not deemed as "compensation."

#### **e) how the plan aligns the interests of management and of the issuer in the short, medium and long term**

The stock options granted under the Fourth Plan have medium- and long-term exercise terms that may reach six (6) years. Accordingly, the plan aligns the interests of managers, the Company and shareholders, to the extent that it stimulates a better performance of managers over a longer time horizon, bringing benefits for all through the appreciation of Company shares.

#### **f) maximum number of shares covered**

Up to 3% of the Company's capital stock.

#### **g) maximum number of options to be granted**



Each option granted gives the right to subscribe one (1) common share of the Company, limited to the issue of 3% of total capital stock.

**h) conditions for the purchase of shares**

Without prejudice to other terms and conditions provided for in the respective "Stock Options Agreements," the "Stock Options" will become exercisable to the extent that the respective "Beneficiaries" maintain a continuous relationship as manager or employee of the Company or its subsidiaries, in the period from the Grant Date (as defined below) to the anniversary of each lot of the "Stock Options" granted. The Stock Options will be extinguished after six (6) years, counted as from July 21, 2017 ("Grant Date").

Beneficiaries who intend to exercise their Stock Options must send a written notice to the Company communicating this fact and indicating the quantity of Stock Options to be exercised.

**i) criteria for setting the purchase or exercise price**

The exercise price of the stock options granted under the Fourth Plan was based on the average price of Company shares on B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão, weighted by the trading volume in the period of one hundred and eighty (180) days preceding the Grant Date.

The Exercise Price (as defined below) will be deducted by the amount of dividends, interest on equity, and other income distributed by the Company to the shareholders, or any other amounts per share occasionally distributed to the shareholders by the Company, also as a result of a decrease in capital stock without cancellation of shares, or any other corporate transaction that may imply the allocation of funds to shareholders, or reduction in the value of shares, always considering the period from the Grant Date and the date of exercise of the Stock Options.

**j) criteria for setting the exercise period**

The Fourth Plan provides for the exercise of Stock Options as below:

- (a)** twenty-five percent (25%) of the Stock Options can be exercised after the 1<sup>st</sup> anniversary of the Grant Date;
- (b)** twenty-five percent (25%) of the Stock Options can be exercised after the 2<sup>nd</sup> anniversary of the Grant Date;
- (c)** twenty-five percent (25%) of the Stock Options can be exercised after the 3<sup>rd</sup> anniversary of the Grant Date; and
- (d)** twenty-five percent (25%) of the Stock Options can be exercised after the 4<sup>th</sup> anniversary of the Grant Date.

The deadline for exercising the stock options is limited to six (6) years as from the Grant Date ("Exercise Price").

**k) form of settlement**

Not provided for in the Fourth Plan.

**l) restrictions on the transfer of shares**

During the period of one (1) year as from the Stock Options' Exercise Date, the Beneficiaries are not allowed to sell, assign or otherwise dispose of the shares that were originally purchased or subscribed under the Fourth Plan, as well as the shares that they may purchase due to bonuses, splits, subscriptions, or any other method of purchase and rights to subscription of



shares, or any other securities issued by the Company and convertible into shares, or which may grant share subscription rights.

**m) criteria and events that, when identified, will lead to suspension, amendment or cancellation of the plan**

The Board of Directors of the Company may change or cancel the Fourth Plan at any time.

**n) effects of a manager quitting the issuer's bodies on the rights provided for in the share-based compensation plan\***

As mentioned in item 13.1.a of this Reference Form, the Fourth Plan is not deemed as "compensation."

When a manager quits the bodies of the Company: **(i)** the Stock Options not yet exercisable on the termination date in accordance with the respective Stock Options Agreement will be automatically extinguished by operation of law, regardless of prior notice or notification, and the employee will not be entitled to indemnity rights; and **(ii)** the Stock Options exercisable on the termination date in accordance with the respective Stock Options Agreement may be exercised within a period of thirty (30) days as from the termination date, after which said Stock Options will be automatically extinguished, by operation of law, regardless of prior notice or notification, and the employee will not be entitled to indemnity rights.



### 13.5 – Share-based compensation for the board of directors and statutory executive board

Stock Options were granted only in the year ended December 31, 2014. Stock Options were not granted in the years ended December 31, 2015 and 2016. We do not intend to grant stock options in the year 2017.

#### Share-based Compensation for the Current Year (2018)

	Board of Directors	Statutory Executive Board
<b>Number of Members</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
<b>Number of Members Receiving Compensation</b>	<b>1</b>	<b>2</b>
Weighted Average Exercise Price:		
(a) Of stock options outstanding in the beginning of fiscal year	R\$17.91	R\$17.91
(b) Of stock options forfeited over the year	R\$17.91	R\$17.91
(c) Of options exercised during the year	R\$17.91	R\$17.91
(d) Of stock options expired during the year	R\$17.91	R\$17.91
<b>Potential dilution if all stock options granted are exercised</b>	<b>3.00%</b>	<b>3.00%</b>

#### Share-based Compensation - Year ended December 31, 2017

	Board of Directors	Statutory Executive Board
<b>Number of Members</b>	<b>7</b>	<b>7</b>
<b>Number of Members Receiving Compensation</b>	<b>1</b>	<b>3</b>
Weighted Average Exercise Price:		
(a) Of stock options outstanding in the beginning of fiscal year	R\$19.00	R\$19.00
(b) Of stock options forfeited over the year	R\$19.00	R\$19.00
(c) Of options exercised during the year	R\$19.00	R\$19.00
(d) Of stock options expired during the year	R\$19.00	R\$19.00
<b>Potential dilution if all stock options granted are exercised</b>	<b>3.00%</b>	<b>3.00%</b>

#### Share-based Compensation - Year ended December 31, 2016

	Board of Directors	Statutory Executive Board
<b>Number of Members</b>	<b>6</b>	<b>6</b>
<b>Number of Members Receiving Compensation</b>	<b>1</b>	<b>6</b>
Weighted Average Exercise Price:		
(a) Of stock options outstanding in the beginning of fiscal year	R\$19.70	R\$19.70
(b) Of stock options forfeited over the year	R\$19.70	R\$19.70
(c) Of options exercised during the year	R\$19.70	R\$19.70
(d) Of stock options expired during the year	R\$19.70	R\$19.70
<b>Potential dilution if all stock options granted are exercised</b>	<b>3.00%</b>	<b>3.00%</b>

#### Share-based Compensation - Year ended December 31, 2015

	Board of Directors	Statutory Executive Board
<b>Number of Members</b>	<b>7</b>	<b>5,83</b>
<b>Number of Members Receiving Compensation</b>	<b>1</b>	<b>5,83</b>
Weighted Average Exercise Price:		
(a) Of stock options outstanding in the beginning of fiscal year	R\$20.63	R\$20.63
(b) Of stock options forfeited over the year	R\$20.63	R\$20.63
(c) Of options exercised during the year	R\$20.63	R\$20.63
(d) Of stock options expired during the year	R\$20.63	R\$20.63



Potential dilution if all stock options granted are exercised	3.00%	3.00%
---	-------	-------

### 13.6 – Information on outstanding stock options held by the board of directors and the statutory executive board

2017		
Body	Statutory Executive Board	Board of Directors
Number of members	7	7
Number of members receiving compensation	7	1
Options not yet exercisable		
Quantity	300,000	87,500
Date they will become exercisable	07/21/2018	07/21/2018
Maximum period for exercise of stock options	07/21/2020	07/21/2020
Lock-up period	1 year after the exercise	1 year after the exercise
Weighted average exercise price	R\$19.00	R\$19.00
Fair value of stock options on the last day of the year	N/A	N/A
In respect of the exercisable options		
Quantity	900,000	175,000
Maximum period for exercise of stock options	07/21/2020	07/21/2020
Lock-up period	1 year after the exercise	1 year after the exercise
Weighted average exercise price	R\$19.00	R\$19.00
Fair value of stock options on the last day of the year	N/A	N/A
Fair value of total stock options on the last day of the year	N/A	N/A

### 13.7. Stock options exercised and shares delivered relating to share-based compensation for the board of directors and the statutory executive board

Fiscal Year ended December 31, 2017		
	Statutory Executive Board	Board of Directors
Number of members	7	7
Number of members receiving compensation	7	1
<b>Options Exercised</b>		
Number of Shares	0	0
Weighted average exercise price	N/A	N/A
Difference between exercise price and market price of stock options exercised	N/A	N/A
<b>Shares Delivered</b>		
Number of Shares Delivered	0	0
Weighted average acquisition price	N/A	N/A
Difference between exercise price and market price of stock options exercised	N/A	N/A

Fiscal Year ended December 31, 2016		
	Statutory Executive Board	Board of Directors
Number of members	7	6
Number of members receiving compensation	7	1
<b>Options Exercised</b>		
Number of Shares	0	87,500
Weighted average exercise price	N/A	R\$19.98
Difference between exercise price and market price of stock options exercised	N/A	R\$1,974,000.00
<b>Shares Delivered</b>		
Number of Shares Delivered	0	0
Weighted average acquisition price	N/A	N/A
Difference between exercise price and market price of stock options exercised	N/A	N/A

Fiscal Year ended December 31, 2015		
	Statutory Executive	Board of Directors



	Board	
Number of members	7	7
Number of members receiving compensation	7	1
<b>Options Exercised</b>		
Number of Shares	131,250	0
Weighted average exercise price	R\$20.98	N/A
Difference between exercise price and market price of stock options exercised	R\$1,845,150.00	N/A
<b>Shares Delivered</b>		
Number of Shares Delivered	0	0
Weighted average acquisition price	N/A	N/A
Difference between exercise price and market price of stock options exercised	N/A	N/A

### **13.8. Information required to understand data disclosed in items 13.5 to 13.7, as well as explanation on the shares and stock options pricing method**

#### **a) pricing model**

We used the Black&Scholes method to establish the price of stock options on the dates of the respective grants and in the end of the year. The parameters were based on historical data (volatility, risk-free interest rate and share price) on the grant dates and in the end of the year.

#### **b) data and assumptions used in the pricing model, including weighted average share price, exercise price, expected volatility, option's lifespan, expected dividends and risk-free interest rate**

Accordingly, for the respective grant dates or in the end of the year, we adopted the market price of the share on the date, the historical volatility (rather than the expected volatility), the average maturity price of each lot of stock options, the exercise price of stock options adjusted by the dividends estimated for the period, and the risk-free interest rate based on the curve of federal securities adjusted by the IPCA index. We have also considered the estimated number of employees holding stock options and quitting the Company, based on historical data.

#### **c) method used and assumptions considered to incorporate the effects expected from early exercise**

The exercise price was calculated based on the issue price of stock options, adjusted by the IPCA index and dividends declared for the period.

As a parameter for earnings, we adopted the amount effectively declared in 2018 regarding the fiscal year 2017, as well as a future estimate based on internal parameters.

#### **d) method to determine expected volatility**

Regarding volatility, we used the historical volatility of shares since the listing of the Company in the stock exchange.

#### **e) whether any other characteristic of the stock option was incorporated to measure fair value**

The risk-free interest rate adopted based on the curve of federal securities adjusted by the IPCA index (NTN-B) with maturities correlated to those of the stock options.



**13.9 - Interest in shares and other convertible securities, held by management and members of the fiscal council – by body**

	<b>Equatorial Energia S.A.</b>		
	Shares directly held	Shares indirectly held	Total shares held
<b>Board of Directors</b>	<b>108,500</b>	-	<b>108,500</b>
<b>Executive Board</b>	<b>506,253</b>	-	<b>506,253</b>
<b>Fiscal Council</b>	-	-	-

Base date December 31, 2017, as provided for in CVM/SEP Official Letter No. 01/2018, and the information set forth in article 11 of CVM Instruction No. 358, dated January 3, 2002, as amended.

### 13.10. - Pension plans currently provided for members of the board of directors and statutory officers

Only the statutory officers of the Company have FASCEMAR private pension plans. The members of the Board of Directors and the Fiscal Council are not entitled to this benefit.

FISCAL YEAR 2017 (R\$ thousand)	
a. Body:	Executive Board
b. Number of members:	6
c. Number of members receiving compensation	2
d. Plan name:	CELPA OP Benefits Plan
e. Number of managers eligible to retire:	N/A
f. Eligibility for early retirement:	N/A
g. Updated amount of accumulated contributions in the pension plan, up to the closing of the latest fiscal year, less contributions made directly by the managers	R\$152,392.04
h. Total accumulated amount of contributions made during the latest fiscal year, less contributions made directly by the managers	R\$10,050.52
i. If early redemption is possible, and under what conditions	No.

FISCAL YEAR ENDED DECEMBER 31, 2016 (R\$ thousands)	
a. Body:	Executive Board
b. Number of members:	07
c. Number of members receiving compensation	06
d. Plan name:	CELPA OP Benefits Plan
e. Number of managers eligible to retire:	N/A
f. Eligibility for early retirement:	N/A
g. Updated amount of accumulated contributions in the pension plan, up to the closing of the latest fiscal year, less contributions made directly by the managers	R\$54,789.00
h. Total accumulated amount of contributions made during the latest fiscal year, less contributions made directly by the managers	R\$31,040.00
i. If early redemption is possible, and under what conditions	No.



### 13.11. - Maximum, minimum and average individual compensation for the board of directors, statutory executive board and fiscal council – Annual Amounts

Description	Statutory Executive Board			Board of Directors			Fiscal Council		
	12/31/17	12/31/16	12/31/15	12/31/17	12/31/16	12/31/15	12/31/17	12/31/16	12/31/15
<b>No. of members</b>	6	6	5.83	7	6	7	3	3	3
<b>Number of members receiving compensation</b>	3	6	5.83	7	6	7	3	3	3
<b>Highest compensation amount (R\$)</b>	3,458,386.61	3,119,000.00	2,882,000.00	2,940,428.04	2,971,000.00	240,000.00	72,000.00	73,000.00	73,000.00
<b>Lowest compensation amount (R\$)</b>	1,143,770.00	275,000.00	200,000.00	180,000.00	180,000.00	53,000.00	72,000.00	73,000.00	73,000.00
<b>Average compensation amount (R\$)</b>	2,653,104.18	1,706,685.00	2,038,000.00	678,183.56	377,390.00	226,000.00	72,000.00	73,000.00	73,000.00

\* Calculation of the average compensation of the Statutory Executive Board did not include Share-Based Compensation amounts, which are not considered as a compensation plan, as described in item 13.16 herein.

#### Notes:

Statutory Executive Board	
<b>12/31/2017</b>	The amount of the lowest compensation was calculated excluding members that held the position for less than 12 months. The member that received the highest individual annual compensation held his position in the Company during the 12 months of the year.
<b>12/31/2016</b>	The amount of the lowest compensation was calculated excluding members that held the position for less than 12 months. The member that received the highest individual annual compensation held his position in the Company during the 12 months of the year.
<b>12/31/2015</b>	The amount of the lowest compensation was calculated excluding members that held the position for less than 12 months. The member that received the highest individual annual compensation held his position in the Company during the 12 months of the year.

Board of Directors	
<b>12/31/2017</b>	The amount of the lowest compensation was calculated excluding members that held the position for less than 12 months. The member that received the highest individual annual compensation held his position in the Company during the 12 months of the year.
<b>12/31/2016</b>	The amount of the lowest compensation was calculated excluding members that held the position for less than 12 months. The member that received the highest individual annual compensation held his position in the Company during the 12 months of the year.
<b>12/31/2015</b>	The amount of the lowest compensation was calculated excluding members that held the position for less than 12 months. The member that received the highest individual annual compensation held his position in the Company during the 12 months of the year.

Fiscal Council	
<b>12/31/2017</b>	The amount of the lowest compensation was calculated excluding members that held the position for less than 12 months. The member that received the highest individual annual compensation held his position in the Company during the 12 months of the year.
<b>12/31/2016</b>	The amount of the lowest compensation was calculated excluding members that held the position for less than 12 months. The member that received the highest individual annual compensation held his position in the Company during the 12 months of the year.
<b>12/31/2015</b>	The amount of the lowest compensation was calculated excluding members that held the position for less than 12 months. The member that received the highest individual annual compensation held his position in the Company during the 12 months of the year.

### **13.12. - Compensation and indemnity mechanisms for management in the event of removal from office or retirement**

Under the D&O insurance policy in force, the Company contracted additional coverage No. 22, according to which the Insurer will grant, under certain situations provided for in the policy and without additional premium, a complementary term of ten (10) years, as from the expiration of the insurance policy, for the filing of claims against beneficiaries who may retire during the effectiveness of this insurance policy. There are no compensation and indemnity mechanisms for managers in the event of removal from office or retirement.

**13.13. - Percentage of total compensation held by managers and members of the fiscal council who are parties related to the controlling shareholders**

<b>Fiscal Year 2017 (R\$ thousand)</b>				
<b>Body</b>	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board</b>	<b>Executive</b>	<b>Fiscal council</b>
Percentage of Total Compensation	81.82%	100.00%		100.00%

<b>Fiscal Year 2016 (R\$ thousand)</b>				
<b>Body</b>	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board</b>	<b>Executive</b>	<b>Fiscal council</b>
Percentage of Total Compensation	4.57%	77.258%		100.00%

<b>Fiscal Year 2015 (R\$ thousand)</b>				
<b>Body</b>	<b>Board of Directors</b>	<b>Statutory Board</b>	<b>Executive</b>	<b>Fiscal council</b>
Percentage of Total Compensation	35.87%	91.87%		100.00%



**13.14. - Compensation of managers and members of the fiscal council, grouped by body, paid for any reason other than the position held**

Not applicable, considering that in the last three years managers did not receive compensation for any reason other than the position held.

**13.15. - Compensation of managers and members of the fiscal council recognized in income of direct or indirect controlling shareholders, companies under common control, and subsidiaries of the issuer**

FISCAL YEAR 2017 (R\$ thousand)					
Body	Board of Directors	Fiscal Council	Statutory Executive Board (Fixed)	Statutory Executive Board (Variable)	Total
CELPA	168,000.00	162,000.00	1,195,796.52	1,861,849.47	3,387,645.99
CEMAR	-	126,000.00	1,132,933.32	3,200,042.27	4,458,975.59
Subsidiaries of the issuer	-	-	-	-	-

12/31/2016 (R\$ thousands)				
Body	Board of Directors	Fiscal Council	Statutory Executive Board	
	Fixed	Fixed	Fixed	Variable
CEMAR	0.00	126.00	0.00	801.34
CELPA	84.00	162.00	2,060.00	528.84
<b>TOTAL<sup>(1)</sup></b>	<b>84.00</b>	<b>288.00</b>	<b>2,060.00</b>	<b>1,330.18</b>

Compensation amounts include all charges and provisions for compliance with the accrual regime for the year.

12/31/2015 (R\$ thousand)				
Body	Board of Directors	Fiscal Council	Statutory Executive Board	
	Fixed	Fixed	Fixed	Variable
CEMAR	43.50	109.85	818.66	4,626.90
CELPA	184.00	140.81	890.00	1,901.74
<b>TOTAL<sup>(1)</sup></b>	<b>227.50</b>	<b>221.14</b>	<b>500.00</b>	<b>2,261.66</b>

(1) Compensation amounts include all charges and provisions for compliance with the accrual regime for the year.

**13.16. - Other material information**

All material information was provided in the items above.

**CANDIDATES FOR THE FISCAL COUNCIL**

**Items 12.5–12.10 – Reference Form (CVM Instruction No. 481/09)**

12.5 – With respect to the candidates for office as members of the Board of Directors and Fiscal Council of the Issuer, please report, as a table:

Name	Date of Birth	Occupation	Individual Taxpayers Register (CPF) No.	Office	Date of Election	Date of Taking Office	Term of Office	Other offices or duties	Elected by the controlling shareholder	Independent Member	Consecutive Terms of Office
<b>Paulo Roberto Franceschi</b>	06/12/1951	Accountant	171.891.289-72	Member of the Fiscal Council – Sitting Member	04/27/2018	04/27/2018	2019 Annual Shareholders' Meeting	None	N/A	N/A	8
<b>Saulo de Tarso Alves de Lara</b>	12/30/1972	Business Administrator	678.691.498-53	Member of the Fiscal Council – Sitting Member	04/27/2018	04/27/2018	2019 Annual Shareholders' Meeting	None	N/A	N/A	2
<b>Vanderlei Dominguez da Rosa</b>	09/09/1963	Accountant	422.881.180-91	Member of the Fiscal Council – Sitting Member	04/27/2018	04/27/2018	2019 Annual Shareholders' Meeting	None	N/A	N/A	3
<b>Moacir Gibur</b>	08/26/1966	Accountant	574.558.569-20	Member of the Fiscal Council – Deputy	04/27/2018	04/27/2018	2019 Annual Shareholders' Meeting	None	N/A	N/A	3
<b>Claudia Luciana Ceccatto de Trotta</b>	06/05/1971	Lawyer	606.362.629-87	Member of the Fiscal Council – Deputy	04/27/2018	04/27/2018	2019 Annual Shareholders' Meeting	None	N/A	N/A	3
<b>Ricardo Bertucci</b>	08/02/1977	Accountant	003.673.579-50	Member of the Fiscal Council - Deputy	04/27/2018	04/27/2018	2019 Annual Shareholders' Meeting	None	N/A	N/A	1

**Sub-items of item 12.5:**

**Paulo Roberto Franceschi, candidate for office as sitting member of the fiscal council**

Mr. Paulo Roberto is a partner of AUDICONTROL Auditoria e Controle, and independent audit and accounting and tax consulting firm, since 1995. As a senior Partner, he is in charge of the strategic conduct of the business, of technical responsibility for the work, together with the other partners, and of the general management of the company. He worked in International Audit for 18 years before establishing Audicontrol. He is a sitting member of the Fiscal Council of the following companies: Bematech S.A., Equatorial Energia S.A. (the parent of the Issuer), Triunfo Participações e Investimentos S.A., and Centrais Elétricas do Pará S.A. (a member of the business group of the Issuer). He is also a deputy member of the Fiscal Council of the following companies: Cia. Energética de Pernambuco (CELPE), Tecnisa S.A., Weg S.A., BB Seguridade Participações S.A., and Schulz S.A. Mr. Paulo Roberto has studied Economics at FAE Business School and Accounting at Fundação de Estudos Sociais do Paraná.

**Saulo de Tarso Alves de Lara, candidate for office as sitting member of the fiscal council**

Saulo de Tarso Alves de Lara holds a graduate degree in Business Administration (1979) from Fundação Getúlio Vargas. He attended specialization courses at IMD (International Management Development) (1984), where he obtained a postgraduate degree in the Control and Finance area. Mr. Lara started his career at Arthur Andersen and remained as an external auditor for ten years. From 1987 to 1996, he worked in the civil construction segment of the cement industry, being in charge of the control and corporate control of Brazilian and South American operations. In 1996, he was appointed CFO of Americana, a packaging company. In 1998, he was hired as Chief Planning and Control Officer of Cyrela Brazil Realty, where he remained until 2010, when he became Chief Control Officer of PDG Realty. Since 2013, he is CFO of Greenwood Resource Brasil.

**Vanderlei Dominguez da Rosa, candidate for office as sitting member of the fiscal council**

Mr. Dominguez holds a graduate degree in Accounting from the Federal University of Rio Grande do Sul and specialization in Capital Market from the Federal University of Rio Grande do Sul and in Cost Accounting from the Pontifical Catholic University of Rio Grande do Sul. He is managing partner of HB Audit – Auditores Independentes S.S., where his main role is to perform, review, and supervise independent audit work, being the technician in charge before the Brazilian Securities Commission

(CVM). He is a sitting member of the Fiscal Council of Odontoprev S.A., Sanepar, Tecnisa S.A., and Weg S.A. and a deputy member of the fiscal council of Marcopolo S.A., Padtec S.A., IdeiasNet S.A., and Officer Distribuidora S.A. Over the last 5 years, he has been a member of the Fiscal Council of Triunfo Participações e Investimentos S.A., Equatorial Energia S.A., Centrais Elétricas do Pará S.A. (the latter two are members of the business group of the Issuer), OSX Brasil S.A., Tegma Gestão e Logística S.A., Multiplus S.A., MPX Energia S.A., Tupy S.A., and Marisol S.A..

**Moacir Gibur, candidate for office as deputy member of the fiscal council**

Mr. Gibur is a partner of Audicontrol Auditoria e Controle, and independent audit and tax and accounting consulting firm, since 2001, having previously worked at Emilio Romani S.A. and Russel Bedford Auditores Independentes. Mr. Gibur was a sitting member of the Fiscal Council of Siderquimica S.A.

**Claudia Ceccatto de Trotta, candidate for office as deputy member of the fiscal council**

Ms. Trotta holds a graduate degree in Law from the Curitiba Law School and specialization in Corporate Law from the Federal University of Paraná. She is currently a partner of Trotta, Ceccatto Advogados Associados, a law firm specializing in Corporate Law, Business Law, Foreign Investments, Business Contracts, Administrative and Antitrust Law, Environmental Law, and Civil and Real Property Law, since 2013. She was also a partner, for 18 years, of Escritório Augusto Prolik – Advogados Associados, where she practiced Business Law, Corporate Law, Contracts, and Foreign Investments. Ms. Trotta is also a member of the Commission for Law of the Brazilian Bar Association, Paraná Chapter, since July 2013, and was an instructor of the Commission for Selection of the Brazilian Bar Association, Paraná Chapter, from January 2005 to January 2007, where she was in charge of reporting on incorporation and amendment processes and other corporate acts of law firms.

**Ricardo Bertucci, candidate for office as deputy member of the fiscal council**

Mr. Bertucci holds a graduate degree in Accounting from the Federal University of Paraná (UFPR) and a postgraduate degree in Controllership from the FAE Business School. He is a partner of Audicontrol – Auditoria e Controle since 2011, being the senior partner in charge of conducting the business strategy and of the technical responsibility for the work, together with the other partners.

**12.6 – With respect to each of the persons who have been members of the Board of Directors or Fiscal Council during the last fiscal year, please report, as a table, his/her rate of attendance at the meetings of the respective body held during such period after he/she has taken office.**

Name	Office	Attendance Rate (%)
Paulo Roberto Franceschi	Member of the Fiscal Council – Sitting Member	100%
Saulo de Tarso Alves de Lara	Member of the Fiscal Council – Sitting Member	100%
Vanderlei Dominguez da Rosa	Member of the Fiscal Council – Sitting Member	100%
Moacir Gibur	Member of the Fiscal Council – Deputy	Not applicable
Claudia Luciana Ceccatto de Trotta	Member of the Fiscal Council – Deputy	Not applicable
Ricardo Bertucci	Member of the Fiscal Council – Deputy	Not applicable

**12.7 – Please provide the information mentioned in item 12.6 with respect to the members of the committees created by the By-Laws, as well as of the audit, risk, financial, and compensation committees, even if such committees or structures are not created by the By-Laws:**



None.

**12.8 – With respect to each of the persons that have been members of the committees created by the By-Laws:**

Not applicable.

**12.9 and 12.10 – With respect to the candidates for office as members of the fiscal council of the issuer:**

With respect to the nominees, none of them has been, in the last 5 years, subject to any criminal conviction, conviction in any CVM administrative proceedings, or to any final and unappealable conviction, either in court or administratively, which has suspended or disqualified them for the exercise of any professional or business activity whatsoever.

There is no marital relationship, common-law marriage, or kinship up to the second degree between (a) any managers of the Company, (b) (i) any managers of the Company and (ii) any managers of any direct or indirect subsidiaries of the Company, (c) (i) any managers of the Company or of its direct or indirect subsidiaries and (ii) any direct or indirect controlling shareholders of the Company, or (d) (i) any managers of the Company and (ii) any managers of any direct and indirect subsidiaries of the Company.

Messrs. Saulo de Tarso Alves de Lara, Paulo Roberto Franceschi, Vanderlei Dominguez da Rosa, Moacir Gibur, Claudia Luciana Ceccatto de Trotta, and Ricardo Bertucci are also being nominated members of the Fiscal Council of the controlled companies Companhia Energética do Maranhão (CEMAR) and Centrais Elétricas do Pará S.A. (CELPA).





**EXHIBIT IV**  
**CAPITAL INCREASE**  
**Exhibit 14 (CVM Instruction 481/09)**

1. Give the amount of the capital increase and the new capital stock

<b>Description</b>	<b>Amounts in R\$</b>
Capital Stock before the Capital Increase	2,261,445,055.80
Capitalization of the Investment and Expansion Reserves	98,000,000.00
Capitalization of the Legal Reserve	49,863,125.34
Capital Stock after the Proposed Capital Increase	<b>2,409,308,181.14</b>

2. Inform whether the capital increase will be performed through: (a) the conversion of debentures into shares; (b) the exercise of subscription rights or warrants; (c) capitalization of earnings or reserves; or (d) subscription of new shares.

The capital increase proposed occurs upon capitalization of the following reserves: R\$98,000,000.00 arising from the Investment and Expansion Reserve, and R\$49,863,125.34 arising from the Legal Reserve.

3. Give a detailed explanation of the reasons for the increase and its legal and economic consequences

In compliance with article 199 of Law 6.404/76 (with new wording given by Law 11.638/07), the capitalization of the following amounts is being proposed to the Annual Shareholders' Meeting: (i) R\$98,000,000.00 arising from the Investment and Expansion Reserve; and (ii) R\$49,863,125.34 arising from the Legal Reserve, so as to avoid that the income reserve exceeds the limit of 100% of capital stock.

We highlight that the capitalization of reserves will be carried out without the issue of new shares, and that there will be no economic consequences since the amounts will be transferred between Shareholders' Equity accounts.

4. Provide a copy of the opinion of the fiscal council, if applicable.

A: The opinion of the Fiscal Council, dated March 8, 2018, is available on CVM's IPE system.

5. In the case of a capital increase by subscription of shares

A: Not applicable.

- a. Describe how the proceeds will be used



- b. Give the number of shares of each type and class issued
- c. Describe the rights, advantages and restrictions attributed to the shares to be issued
- d. Inform whether the subscription will be public or private
- e. In the case of a private subscription, say whether related parties, as defined in the accounting rules governing this matter, are to subscribe for shares in the capital increase, specifying the amounts when they are known
- f. Give the price of issue of new shares, or explain why the price should be established by the board of directors, in the case of a public distribution.
- g. Give the par value of the shares issued or, in the case of shares with no par value, the portion of the issue price to be allocated to the capital reserve
- h. Give management's opinion on the effects of the capital increase, in particular, with respect to the resulting dilution
- i. Explain the criteria used for calculation of the issue price, and give a detailed justification of the economic issues that determined how they were chosen
- j. If the issue price includes a premium or discount regarding market value, give the reason for the premium or discount, and explain how it was determined
- k. Provide a copy of all the reports and studies on which the fixing of the issue price was based
- l. Give the quoted price of each type and class of the Company's shares on the markets where they are traded, indicating:
  - i. the minimum, average and maximum price over the last three (3) years
  - ii. the minimum, average and maximum price for each quarter, over the last two (2) years
  - iii. the minimum, average and maximum price for each month, over the last six (6) months
  - iv. the average price in the last ninety (90) days
- m. Give the issue price of shares in capital increases carried out over the last three (3) years
- n. Show the percentage of potential dilution resulting from the issue

- o. Give the dates, terms and form of subscription and payment of the shares issued
- p. Inform whether the shareholders will have preemptive rights to subscribe for the new shares issued, and give details of the terms and conditions of such rights
- q. Give management's proposal for handling any surplus
- r. Describe in detail the procedures to be followed if partial approval of the capital increase is expected
- s. If the issue price of the shares is fully or partially paid in assets
  - i. Give a full description of assets
  - ii. Explain the relationship between the assets incorporated to the company's equity and its corporate purpose
  - iii. Provide a copy of the asset valuation report, if available

6. If the increase in capital is made through the capitalization of earnings or reserves

- a. Indicate whether this will involve a change in the par value of the shares, if any, or the distribution of new shares to shareholders

The shares have no par value, and no shares will be issued.

- b. Indicate whether the capitalization of earnings or reserves is to involve a change in the number of shares, in companies whose shares have no par value

The capitalization of earnings or reserves will not change the number of shares.

- c. In the event of distribution of new shares

There will be no distribution of new shares.

- i. Give the number of shares of each type and class issued
- ii. Indicate the percentage that the shareholders will receive in shares
- iii. Describe the rights, advantages and restrictions attributed to the shares to be issued



iv. Give the acquisition cost, in Reais per share, to be attributed to enable the shareholders to comply with article 10 of Law 9.249, dated December 26, 1995

v. Indicate how fractions, if any, will be handled

d. Indicate the period provided for in Article 169, paragraph 3, of Law 6.404, of 1976

Not applicable.

e. Provide the information and documents referred to in Article 5 above, when appropriate.

Not applicable.

7. In case of capital increase by conversion of debentures into shares, or by the exercise of warrants

A: Not applicable.

a. Give the number of shares of each type and class issued

b. Describe the rights, advantages and restrictions attributed to the shares to be issued